



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

RENATA CRISTINA COELHO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Assis
2010

RENATA CRISTINA COELHO DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito do Curso de Bacharelado em Administração.

Orientador: Eduardo Augusto Vella Gonçalves

Assis
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Renata Cristina Coelho de
Políticas Públicas Municipais de Desenvolvimento Sustentável / Renata
Cristina Coelho de Oliveira. Fundação Educacional do Município de Assis –
FEMA – Assis, 2010.
124f.

Orientador: Eduardo Augusto Vella Gonçalves.
Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino
Superior de Assis

1. Sustentabilidade 2. Políticas Públicas 3. Desenvolvimento

CDD: 658
Biblioteca da FEMA

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RENATA CRISTINA COELHO DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Eduardo Augusto Vella Gonçalves

Analisador: Jairo da Silva

Assis
2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida sobrinha e afilhada Ana Clara, e aos meus filhos, sobrinhos e netos que virão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que a todo tempo está ao meu lado, que traz sentido à minha vida e me leva além do que imaginei. Que me permite levantar a cada queda e a cada dia me transformar e me superar.

Ao professor Mestre Eduardo Augusto Vella Gonçalves, por sua orientação, por partilhar idéias, conhecimentos e experiências.

Ao professor Jairo da Silva, por sua colaboração na concepção e concretização deste trabalho.

Às amigas Patrícia Melli e Luciana Batista, que partilharam cada linha deste trabalho, que dividiram material de pesquisa, compartilharam angústias e alegrias, dedicaram tempo e paciência, e a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Aos meus familiares, pais, irmãos, avós, sobrinha, cunhados, sogros, que diariamente, levam um pouco de mim e deixam um pouco de si, fazendo de mim quem sou, me tornando capaz de conquistar o que for.

Ao meu namorado, André, que com muito amor e paciência acompanhou estes quatro anos, sempre me apoiando, sempre me dando forças para continuar.

Somos o que fazemos para mudar o que
fomos.

*Cause tomorrow will be better
We must believe it.*

Rosa de Saron

RESUMO

Este trabalho centra seu estudo no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas, em âmbito municipal, voltadas ao desenvolvimento sustentável. O estudo tem como objetivo mostrar qual o papel de cada setor da sociedade na construção do desenvolvimento sustentável e analisar o que há enquanto discurso e o que realmente tem sido feito neste sentido. Para tanto, percorre conceitos relacionados, como forma de contextualizar e fundamentar o tema principal. Dentre estes, a cidadania, a sociedade, as políticas públicas, além da sustentabilidade e os programas existentes para atingi-la. A coleta de informação foi feita através de revisão de bibliografia e coleta de entrevista. O conteúdo das entrevistas foi organizado e analisado com base na Análise de Conteúdo, na perspectiva de Laurence Bardin, contrapondo a realidade expressa nas entrevistas com o material bibliográfico colhido.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Políticas Públicas; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work is about the development and implementation of public policies at the municipal level, focusing on sustainable development. The study aims to show the responsibility of each sector of society in building sustainable development and to analyze what there is as discourse and what really has been done in this direction. It travels related concepts as a way to contextualize and explain the main theme. Among these, citizenship, society, public policies besides the sustainability and the existing programs to achieve it. The information collection was done by literature review and interview collecting. The interviews subject was organized and analyzed based on subject analysis, from Laurence Bardin perspective, confronting the reality expressed in interviews with the bibliographic material collected.

Key words: Sustainability; Public Policy; Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias e Subcategorias.....	49
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEM	Avaliação Ecológica do Milênio
APPs	Áreas de Preservação Permanente
CFC	Gás Clorofluorcarbono
COOCASSIS	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis
ECO-92 ou RIO-92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MEA	<i>Millennium Ecosystem Assessment</i>
OMF	Organização Mundial da Família
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPMDS	Políticas Públicas Municipais de Desenvolvimento Sustentável
WCED	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. PROCESSO EVOLUTIVO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	14
1.1. NOÇÕES GERAIS	14
1.2. SOCIEDADE CIVIL – A NOÇÃO DE INDIVÍDUO E CIDADÃO	15
1.3. SETOR PRIVADO.....	16
1.4. TERCEIRO SETOR.....	17
1.5. SETOR PÚBLICO	17
1.5.1. Políticas Públicas	18
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
2.1. SUSTENTABILIDADE	26
2.1.1. Conceito e Contextualização	26
2.2. PNUD	29
2.3. AGENDA 21	32
3. GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	36
3.1. DIAGNÓSTICO DA AGENDA 21 BRASILEIRA SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL	36
3.2. CIDADES SUSTENTÁVEIS - GESTÃO URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	37
3.2.1. Aplicabilidades das PPMDS (Município Verde Azul)	39
4. A PESQUISA	42
4.1. OBJETIVO.....	42
4.2. O LÓCUS DA PESQUISA	42
4.3. ESCOLHA DO MÉTODO – PESQUISA QUALITATIVA	43
4.4. ANÁLISE DE CONTEÚDO – A PERSPECTIVA DE LAURENCE BARDIN.....	44
4.4.1. Procedimentos adotados para a coleta de dados	47
4.4.2. Sujeitos	47
4.4.3 Entrevistas	48
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
5.1. CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS	49
5.1.1. Categoria: Desenvolvimento Sustentável	50
5.1.2. Categoria: Intersetorialidade	55
5.1.3. Categoria: Políticas Públicas	60
5.1.4. Categoria: Avanços	65
5.1.5. Categoria: Visão de Futuro	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES	79
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende demonstrar a importância de conceber novas formas de promover o bem-estar da população com a adequada gestão dos recursos, também chamados capitais naturais, que são finitos, em contraposição à visão tradicional de exploração dos recursos até seu esgotamento. Não tem o objetivo, portanto, de listar regras para se atingir a sustentabilidade, e sim, demonstrar a necessidade da formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

O acelerado crescimento urbano sem o planejamento adequado para atender a demanda por bens e serviços tem causado impactos negativos nas esferas social, econômica e ambiental. O consenso atual aponta, de forma globalizada, a necessidade latente de trabalho conjunto entre os três setores da sociedade para que se possa, no contexto capitalista atual, promover o desenvolvimento local e global de forma sustentável.

Neste contexto, o desenvolvimento sustentável tem se tornado referência obrigatória em debates acadêmicos, políticos e culturais. Bem como a criação de mecanismos que favoreçam a inclusão de diretrizes e metas a serem implantadas pelos três setores da sociedade no plano de sua responsabilidade, de forma a atender às necessidades socioambientais sem comprometer o crescimento econômico. O que há de consensual nos diversos conceitos de desenvolvimento sustentável é a abrangência das dimensões ambiental, social e econômica.

Diante disto, surge a constatação de que o governo, em todas as suas esferas, tem a responsabilidade de implantar políticas públicas voltadas à sustentabilidade, para que desta forma, sejam criadas as circunstâncias que fomentem a atuação da iniciativa privada, do terceiro setor e do indivíduo.

Ressaltar a importância da mudança de postura do governo e da sociedade na formulação de estratégias de desenvolvimento, mostrando ser ultrapassado o conceito de desenvolvimento baseado na forma predatória do uso dos recursos

naturais, que não considera a perda do capital natural, pois, os ambientes e as sociedades interagem e modificam-se.

A perda irreversível do capital natural configura um custo repassado às futuras gerações e, portanto, a política de desenvolvimento, para uma sociedade sustentável, não pode desprezar as relações entre o homem e a natureza. Tais relações ditam o que é possível em relação ao que é desejável.

Neste contexto contemporâneo, o dilema central está em aliar sustentabilidade ao capitalismo, encontrar mecanismos que promovam o desenvolvimento urbano econômico e social, através de políticas públicas capazes de produzir condições de adaptar a oferta de serviços urbanos às demandas qualitativas e quantitativas da população, sem comprometer as gerações futuras, privando-as dos recursos produtivos e ambientais.

Promover o desenvolvimento sustentável local mantendo baixos níveis de externalidades negativas espaciais e temporais. Considerando impactos, de curto, médio e longo prazo, em âmbitos local, regional e global, desde a estrutura de saneamento municipal às questões globais relativas aos impactos agregados sobre o planeta.

Trabalhar o desenvolvimento sustentável através de políticas públicas municipais, geridas de forma compartilhada com o Estado, pensando globalmente e agindo localmente, valorizando a qualidade de vida local e as propriedades do entorno sob o ponto de vista econômico e sócio-ambiental.

Promover o crescimento urbano planejado através da melhor distribuição espacial do crescimento populacional, levando em consideração as questões de saneamento, tráfego, acesso a serviços como saúde e educação. Aliar este planejamento a um projeto adequado de arborização urbana, essencial à qualidade de vida de um município e responsável pela diminuição da poluição sonora e a redução do impacto negativo das chuvas, contribuindo para o balanço hídrico local.

O trabalho inicia-se com a contextualização histórica do processo evolutivo da organização social, em seguida, trata da concepção de desenvolvimento sustentável, passando à gestão de políticas públicas com enfoque municipal; para finalmente, debater esta gestão em função do desenvolvimento sustentável local.

1. PROCESSO EVOLUTIVO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

1.1. NOÇÕES GERAIS

O conceito de sociedade pode ser traduzido como o agrupamento de indivíduos com relações de interdependência entre todos, que subsiste tanto pelo caráter unitário das funções desempenhadas por cada membro como pela interiorização de normas de comportamento e valores culturais de cada comunidade. Considerando que o resultado do conjunto, portanto, a sociedade, é maior que unicamente a soma dos indivíduos, uma vez que compreende os desdobramentos das relações entre eles.

Segundo HOLANDA¹, a palavra *sociedade*, deriva do latim *societate* e significa o “Conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns, e que são unidas pelo sentimento de consciência do grupo; corpo social”. O mesmo autor define *sociologia* como:

Corpo orgânico estruturado em todos os níveis da vida social, com base na reunião de indivíduos que vivem sob determinado sistema econômico de produção, distribuição e consumo, sob um dado regime político; e obedientes às normas, leis e instituições necessárias à reprodução da sociedade como um todo; coletividade.

Parsons (1951 apud SILVA, 2010) diferencia a sociedade, durante seu processo de evolução, pela capacidade de adaptação de sua organização social, classificando as sociedades em três tipos fundamentais: sociedades primitivas, com escasso grau de diferenciação e forte componente religioso; sociedades intermediárias, identificadas pelo emprego da escrita e por sua estrutura de classes; e sociedades modernas, que se distinguem das anteriores pela preponderância do direito, inspirado na chamada "racionalidade formal" de Max Weber.

Silva enfatiza ainda que Karl Marx e Friedrich Engels classificaram a evolução da sociedade em seis grupos: comunidade tribal, denominação dada ao agrupamento

¹ Fonte: FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Versão Digital. 2009.

primitivo de famílias; sociedade asiática, cuja principal característica era o despotismo; sociedade antiga, na qual as relações de classe estabeleciam-se entre cidadãos e escravos; sociedade germânica, rural e profundamente individualista; sociedade feudal, caracterizada pela extrema hierarquização; e a sociedade capitalista, marcada pelas relações entre classes claramente determinadas, sob o domínio da burguesia. Apontaram, ainda, o surgimento da sétima sociedade na qual desapareceriam as classes sociais, a sociedade comunista. Em contrapartida, fundamentaram a estrutura da sociedade capitalista nas relações de produção e sua evolução pela luta de classes.

Portanto, indiferente da linha em que se fundamente, não há como negar que a sociedade sofreu um processo gradual de transformação ao longo do tempo. Processo este baseado nas mudanças ocorridas na forma como os indivíduos interagem entre si e com o meio em que vivem.

A sociedade, portanto, é um conjunto de pessoas ligadas pela necessidade de garantir a satisfação de seus interesses e a continuidade da vida. E, durante sua evolução, para garantir o atendimento aos interesses do indivíduo (cidadão) e do coletivo (sociedade), se organizou e se segmentou nos setores que hoje são conhecidos como primeiro, segundo e terceiro setor.

1.2. SOCIEDADE CIVIL – A NOÇÃO DE INDIVÍDUO E CIDADÃO

A palavra cidadão designa o indivíduo enquanto participante de uma sociedade e portador de direitos. Fica claro este entendimento a partir das palavras de Cremonese (acesso em 01/07/2010):

A noção de cidadão deriva do conceito histórico-político de cidade-estado, cidades independentes da Grécia antiga, constituídas em Estados autônomos, que assim eram chamados por possuírem certa independência na administração pública e política. Cidadão era o termo usado para designar o habitante dessas cidades. Politicamente, cidadão é o habitante de um Estado livre, com direitos civis e políticos. Estes direitos políticos e civis, além dos sociais, são expressos no direito à cidadania.

Cidadania, em definição clássica de Marshall, se refere à conquista e exercício de três conjuntos de direitos interligados: direitos civis, políticos e sociais. Respectivamente, correspondendo basicamente às liberdades individuais; ao direito de participar do exercício do poder político; e direitos ligados à provisão de bens e serviços essenciais à vida que são oferecidos pelo Estado de modo a promover justiça social. “De acordo com Marshall, estes direitos estão interligados e são interdependentes, pois o exercício pleno de um vai requerer a existência de outro.”² (LAMOUNIER, 2000)

As primeiras constituições nacionais que concedem direitos ao homem foram: o “Bill of Rights” (1689), fruto da Revolução Inglesa; a Constituição dos Estados Unidos (1776), quando da declaração de Independência; e a Declaração de Direitos do Homem oriunda da Revolução Francesa (1789). Em todas estas Cartas Constitucionais asseguram-se três conjuntos de direitos ligados às esferas civil e política: liberdade individual, igualdade de direitos e soberania popular.

A Declaração de Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas (ONU) possui uma diferença em relação às anteriores, a entrada dos direitos sociais. A justiça social passa a fazer parte das constituições da maioria dos países e é esta dimensão de cidadania que compete ao Estado fornecer via formulação de políticas sociais. Atualmente, a noção de cidadania perpassa todas as legislações e normativas internacionais.

1.3. SETOR PRIVADO

Setor privado é parte da economia de um país que não pertence e não é controlada pelo Estado, corresponde à livre iniciativa, opera o mercado tendo o lucro como principal instrumento.

O Setor Privado, também denominado Segundo Setor, é formado pelo conjunto de corporações que constituem o Mercado e seu objetivo primordial é gerar lucro. São

² Fonte: Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 49, 1º semestre de 2000, pp.79-94. Lamounier, Bolívar. Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência. Mimeo. São Paulo, s.d

as empresas constituídas para exploração dos diversos ramos de negócio, civil, industrial, comercial ou prestação de serviços. (ARAÚJO, 2006, p. 62)

Sendo assim, estão incluídas as sociedades anônimas, sociedades de responsabilidade limitada, corporações, trabalhadores autônomos e fundações.

1.4. TERCEIRO SETOR

Setor da sociedade composto pelas organizações da sociedade civil de interesse público, entidades sem fins lucrativos, que têm por objetivo a promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural das comunidades em que atuam. Segundo Angerami (2008, p. 186) “O chamado terceiro setor é composto por particulares (pessoas jurídicas de direito privado) que não integram o Poder Público, mas mantêm parcerias com este a fim de preservar o interesse público”.

ARAÚJO (2006, p. 63) define o Terceiro Setor como sendo:

[...] organizações criadas para prestação de serviços junto à comunidade, como saúde, educação, cultura, habitação, direitos civis, desenvolvendo o aspecto intelectual, cultural, a proteção ao meio ambiente, a proteção aos direitos do consumidor, a proteção a criança, ao idoso, a inclusão social, entre outras.

Dentro desta perspectiva, o terceiro setor surgiu para atender às necessidades sócio-ambientais que não são supridas pelo primeiro setor. É importante ressaltar que estas necessidades são, primordialmente, de responsabilidade do Estado, pois se referem à proporcionar qualidade de vida e bem-estar comum; mas são estendidas ao segundo setor, quando relacionadas ao impacto causado por este no ambiente e na sociedade, global ou localmente.

1.5. SETOR PÚBLICO

O chamado Primeiro Setor, está constituído pelo conjunto de organismos representativos do Estado, definido como poder público.

Quando se fala em sustentabilidade, considera-se, na maioria das vezes, o papel do setor privado e do terceiro setor, ignorando-se que este papel cabe primeiramente ao Estado e que os demais setores têm sua parcela de responsabilidade, mas acabam por atuar em esferas além do seu papel, na intenção de suprir as lacunas deixadas pelo Estado nas questões socioambientais.

Conforme Machado (REVISTA UNESP CIENCIA, ano 1, nº 9, 2010, p. 11), “O interesse do Estado nunca pode ser contra o meio ambiente, porque esse é o interesse dos cidadãos”.

Assim, como cabe ao Estado a defesa do interesse público, este deve gerir as políticas públicas de forma a defender o meio ambiente. Esta gestão se dá através da aplicação de políticas públicas.

1.5.1. Políticas Públicas

Entende-se por Políticas Públicas um conjunto de ações deliberadas dos poderes públicos constituídos visando atender necessidades de uma sociedade, ou seja, conjunto de ações estrategicamente selecionadas, revestidas pela autoridade do Poder Público, para implementar as decisões tomadas. O referencial de uma política pública advém da imagem que se tem da realidade, e é dessa percepção que emergem as propostas de ações.

Políticas Públicas podem ainda ser definidas como “o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas.” (GUARESCHI, COMUNELLO, NARDINI & HOENISCH, 2004, p. 180).

Gestão pública, no entanto, é a atividade de administração executada pelo Estado, em todas as suas esferas, gerindo assuntos do interesse público e atuando através de políticas públicas.

As ações podem ser implementadas para atender demandas focalizadas ou universalistas, ou seja, de uma fatia específica ou da população no seu todo; sendo

geograficamente delimitadas, local, regional, ou nacionalmente; buscando suprir necessidades setoriais da população, como educação, habitação, e saneamento.

A formulação de políticas públicas está intrinsecamente ligada à necessidade de oferecer os bens públicos e promover o bem comum da sociedade, seja por meio de leis e regulamentações, seja por planos de governo e decisões políticas, oferecer os bens públicos e promover o bem comum da sociedade.

Portanto, uma política pública caracteriza-se por ações pelas quais o poder público, através de seus diferentes órgãos, procura antecipar necessidades quando, por exemplo, planeja e implementa ações que criem condições estruturais de desenvolvimento sócio-econômico de um país ou região.³ (TENÓRIO, 2002, p. 2)

As políticas públicas buscam suprir as necessidades coletivas, de interesse público, de forma a proporcionar equidade de direitos aos indivíduos. De acordo com Bolívar Lamounier para se compreender o significado das políticas públicas é necessário reconhecer que o processo decisório de intervenção social condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais. Para tanto, o interesse público não pode ser definido descendentemente, a partir de um centro unificado de poder, mas formar-se consensualmente a partir da participação mais ampla possível dos cidadãos nas decisões públicas.

As políticas públicas são ferramentas utilizadas pelos governos no intuito de alcançar determinados fins e metas. A implementação de uma política pode estar relacionada ao plano federal, estadual ou municipal, de acordo com as competências estabelecidas pela Constituição Federal para cada uma das esferas do governo. Para atingir seus objetivos, embora a Constituição estabeleça papéis autônomos a cada esfera do governo, na prática, algumas políticas podem ser implementadas de forma interdependente.

Os três entes do governo devem estabelecer e executar políticas públicas dentro de suas competências, conforme estabelecido pela Constituição Federal, em prol de um objetivo macro comum, a garantia dos direitos sociais.

³ VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002 - Gestão pública ou gestão social? Um estudo de caso - Fernando G. Tenório).

Como sugere Jenkins (1978, apud VALLE, 2010, acesso dia 08/06/2010):

[...] Políticas Públicas podem ser definidas como um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator político ou um grupo de atores com autoridade política e que dizem respeito à definição de metas e à adoção dos meios para alcançá-las [...].

A Constituição Federal Brasileira de 1988, Título III, Capítulo VII, Seção I, Art. 37, preconiza que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”.

Segundo SILVA (2009), *“Uma coisa fundamental para qualquer governo, além das questões básicas, saúde, educação, distribuição de renda, que parecem o mantra de todos os governos, é fundamental que se tenha o desenvolvimento sustentável”*⁴

A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 225, declara que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No Brasil, em relação às políticas públicas de meio ambiente, verifica-se que a partir de 1988, com a nova Constituição Federal, que possui redação específica sobre o tema, houve inclusão de políticas ambientais nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais. Há, a partir de então, uma forte tendência à descentralização e conseqüente municipalização da gestão ambiental. Mas, esse movimento de descentralização, que busca atuação local eficaz, em contrapartida, tem ocasionado ações segmentadas, sem o devido enfrentamento holístico da problemática. É importante ressaltar que é preciso pensar globalmente e agir localmente, ou seja, a partir de uma percepção holística, desenvolver projetos e ações de âmbito local, e que essas ações devem ser interligadas por meio de redes de parcerias e comunicações, visando multiplicação e aperfeiçoamento.

⁴ Marina Silva – Ministra do Meio Ambiente (2003-2008) – Entrevista ao “Roda Viva” – TV Cultura, 2009.

A visão de um mundo justo é tão essencial para a nossa sobrevivência quanto a de um mundo produtivo, e a de um meio ambiente sustentável. Discutir qual dos três é mais importante é não entender que não se trata de alternativas, e sim de objetivos articulados, onde conseguir o avanço de um em detrimento dos outros não constitui avanço, e sim recuo para todos. (DOWBOR, apud MELO, acesso em 14/07/1010)

Em resumo, a parceria entre os três setores é necessária e as ações devem ser implantadas de forma sistêmica para que se atinja um objetivo maior, o desenvolvimento sustentável.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conflito entre o crescimento econômico e a crise socioambiental do período pós segunda grande guerra fomentou discussões sobre o crescimento desenfreado do capitalismo. Gradativamente, enfatizaram-se questões voltadas à escassez dos recursos produtivos, geradores do crescimento econômico. Essas discussões culminaram na necessidade da quebra de paradigmas existentes e releitura do conceito de desenvolvimento. O crescimento econômico está atrelado ao desenvolvimento socioambiental, sendo o inverso verdadeiro.

A origem da palavra “desenvolver” remete ao desembrulhar, liberar ou expandir algo que possuía potencial para se manifestar. Portanto, nenhum desenvolvimento pode nascer de fora para dentro (CAVALCANTI, 2001, p. 30-31).

Neste contexto, a partir da década de setenta, com o estudo da Organização das Nações Unidas sobre as questões climáticas, a preservação ambiental passa a agregar-se a esta discussão.

Ao unir questões econômicas, sociais e ambientais, surge então, na literatura da época, o esboço do que viria a ser o conceito de desenvolvimento sustentável.

A passagem da noção de desenvolvimento, enquanto crescimento econômico, para o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser analisada mais profundamente, a partir de 1970, com o surgimento de diversas visões sobre o tema, complementares ou contrárias entre si. Teorias que davam suporte ao processo de crescimento econômico mesmo que este processo fosse danoso ao meio-ambiente; ou que defendiam o crescimento e a administração da utilização consciente dos recursos naturais; ou que pregavam o extremo da restrição, rejeitando claramente a idéia de crescimento.

Durante o processo, que é preciso deixar claro, ainda está em curso, não se findou, surgiram questões polêmicas que exigiam atitudes e definições de posturas governamentais, como a redução das emissões de CO₂ (Protocolo de Kyoto), No

ápice destas questões, demonstrou-se o desafio imposto ao mundo, ao prever impasses entre crescimento econômico e a sustentabilidade.

Em 1997, o Protocolo de Kyoto surgiu como um esforço coletivo para que tais reduções fossem possíveis, limitando o impacto do aquecimento global. [...] Ele foi criado a partir da Convenção-Quadro, que, por sua vez, nasceu na ECO-92, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. (DALLAS, 1996, p. 22)

Em 1987, as discussões ao redor do conceito de desenvolvimento sustentável são estimuladas pelo Relatório Brundtland, baseado no conceito lançado pela Conferência de Estocolmo (1972). A década de 1980 enfatiza a questão ambiental na esfera pública, através da criação de ministérios, departamentos e secretarias, entre outros órgãos, além da utilização de avaliações de impacto ambiental.

As políticas ambientais da década de 1980 ficaram marcadas por evidenciar a prevenção, baseada nas avaliações de impacto ambiental.

Na década de 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável se estendeu ao segundo setor que, paulatinamente, passaram da obrigatoriedade de cumprimento de normas estabelecidas pela política ambiental para a aderência voluntária, a partir da possibilidade de financiamento de projetos e entrada em outros mercados. Surgiram ainda, as noções de parceria entre diferentes esferas de governo e entre setores público e privado.

O conceito de desenvolvimento vem sendo alterado ao longo da história. A forma como era concebido e adotado anteriormente, que compreendia a busca a qualquer custo do crescimento econômico, mensurado através de indicadores econômico-financeiros, como o PIB (Produto Interno Bruto), tem sido substituída global e gradativamente pelo novo conceito de desenvolvimento, que complementa os caracteres quantitativos econômicos com IDHs - índices de Desenvolvimento Humano, de qualidade de vida, mensurados através de indicadores sócio-ambientais.

Segundo Viola (in CAVALCANTI, 2001, p.28):

[...] numa sociedade sustentável, o progresso deve ser apreendido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, um meio ambiente limpo, espírito de comunidade, lazer gozado de modo inteligente, e assim por diante), e não pelo puro consumo material.

O antigo modelo de desenvolvimento passa, gradualmente, a ser considerado predador, socialmente injusto e esbanjador do ponto de vista ambiental; em contrapartida através da democracia participativa, com foco na ação local e na gestão compartilhada de recursos, surge a proposta de uma nova sociedade, justa e ecologicamente responsável. “[...] Rigorosamente, não se deva confundir crescimento (expansão) com desenvolvimento (realização de um potencial) [...]” (CAVALCANTI, 2001, pg. 25).

Esse novo modelo de desenvolvimento condiciona a busca pelo crescimento econômico ao atendimento das necessidades presentes da população, considerando a finitude dos recursos naturais e, portanto, rejeitando o comprometimento das possibilidades das futuras gerações.

No decorrer da história, foram surgindo diferentes visões⁵ sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando a relação com os recursos naturais e discutindo ações para se atingir o objetivo proposto pelo desenvolvimento sustentável.

Uma delas, Abordagem do Balanço de Materiais, discorre o desenvolvimento sustentável através da Intervenção Governamental, e tem como premissas, o nível de poluição economicamente eficiente, conceituado como “aquele no qual o benefício marginal líquido privado do agente econômico poluidor é igual ao custo marginal de dano externo”. Neste conceito, a política de controle da poluição deveria ser entendida como processo de busca baseada no princípio de satisfação, e não de otimização.

Outra teoria vê a sustentabilidade como coação sobre o comportamento e o crescimento econômico. Neste conceito, a restrição é expressa em termos do bem-estar humano no decorrer do tempo.

⁵ Informação embasada, principalmente, no Trabalho de André Canelas, apresentado no 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, 2005.

Conceituou-se ainda, o Estado sustentável como aquele no qual os recursos são gerenciados de modo a garantir as oportunidades de produção das futuras gerações, implicando em restrições ao crescimento econômico, uma vez que considera a necessidade de manter os recursos não declinantes no decorrer do tempo, possibilitando às gerações futuras as condições de produção atuais.

O recurso natural é, por vezes, designado como capital natural, caracterizando-o de forma econômica, e sua condição não-declinante no tempo, passando assim a ser condição necessária para manter o potencial produtivo, uma vez que o capital natural é essencial para produção e não é substituível por outros recursos produtivos.

Common e Perrings (1999, apud CANELAS, 2005, acesso dia 21/04/2010) definem um sistema como sendo ecologicamente sustentável se este é preservável (*resilient*).

Para que o desenvolvimento seja sustentável é preciso ter como premissa que objetivos ambientais não podem ser separados de outros objetivos (políticos, sociais e econômicos), como a eliminação de pobreza.

Segundo SILVA: *“Muitas vezes as pessoas têm receio de colocar esta questão como parte de uma mesma equação, sempre colocando em oposição, como se fosse um entrave, como se fosse algo que precisa ser compatibilizado. No meu entendimento não é algo que precisa ser compatibilizado, é algo a ser integrado. Meio ambiente e desenvolvimento fazem parte de uma mesma moeda e é o desafio desse século.”*⁶

Pearce (1992, apud SILVA, 2005, p. 21), afirma que:

O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento submetido a um conjunto de restrições nas quais o conjunto de taxas de extração dos recursos naturais não é mais alto que a taxa de regeneração induzida ou natural desses recursos naturais e considera a utilização do meio ambiente como depósito de rejeitos.

⁶ Marina Silva – Entrevista ao “Roda Viva” – TV Cultura, 2009.

A grande questão deste século é atender às necessidades ilimitadas do homem utilizando-se de recursos naturais limitados. Dar continuidade ao desenvolvimento sem, contudo, colocar em risco as gerações futuras.

Dar ao desenvolvimento a extensão dada pelo Relatório Brundtland: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A sociedade passa a ser produtora e produto do desenvolvimento sustentável.

2.1. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade permeia indivíduos, organizações privadas e públicas, buscando alinhar os conceitos: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito, com a finalidade de estruturar a sociedade de uma maneira mais equilibrada.

“A sustentabilidade pressupõe várias dimensões, dimensão ambiental, econômica, social, cultural; eu até acrescento mais três, a dimensão política, ética e estética, tudo isso faz parte da sustentabilidade”, afirma Silva⁷.

Desta forma, a sustentabilidade se amplia e suas facetas são desmembradas em outras áreas pertinentes à sociedade.

2.1.1. Conceito e Contextualização

A sustentabilidade não se resume em preocupação com o meio ambiente, é um sistema, uma forma de gestão, que leva em conta múltiplos fatores que abrangem o impacto ambiental, social e econômico. E cada um desses fatores reforça a importância do outro.

⁷ Marina Silva – entrevista ao “Roda Viva” – TV Cultura, 2009.

Este conceito de sustentabilidade apóia-se no *Triple Bottom Line*, conhecido como Tripé da Sustentabilidade, que resumidamente, conceitua a busca pelo lucro, sem prejuízo sócio-ambiental, enfatizando a preocupação com o efeito social e cultural que as ações podem acarretar em determinada comunidade, sendo fundamental garantir a preservação e renovação dos recursos naturais finitos, sem perder a capacidade de gerar lucro, prezando pela permanência dos recursos econômicos.

O Triple Bottom Line está sustentado, portanto, em três pilares, o pilar social, que se refere ao tratamento do capital humano na sociedade para promoção do bem-estar e defesa dos direitos humanos; o pilar ambiental, que se refere ao capital natural da sociedade, que representa a procura por formas de amenizar o impacto da sociedade sobre o ambiente, e compensar o que não é possível amenizar; e o pilar econômico, referente ao capital econômico da sociedade, que reforça a importância de possibilitar o crescimento econômico articulado aos pilares social e ambiental.

Com a globalização, a questão da sustentabilidade passa a ser uma questão abrangente, como um novo passo na competitividade mercadológica.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, no documento intitulado “Cidades Sustentáveis – Subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira” (2000, p. 26), o conceito de Sustentabilidade se desmembra em duas noções chave: Sustentabilidade Ampliada e Sustentabilidade Progressiva. O primeiro trata da sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas – ONU vem acenando a incorporação da sustentabilidade como novo paradigma de desenvolvimento humano, todos os documentos resultantes das conferências mundiais desta década demonstram o compromisso dos governantes de concretizar, nas políticas públicas de seus países, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. A Sustentabilidade Progressiva, no entanto, pode ser definida como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável, portanto, de forma paulatina, consciente e programada.

Em 1987, o Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum” – WCED) definiu que desenvolvimento sustentável é “aquele que responde as necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e

prosperidade das gerações futuras”. Apesar de ampla discussão e divulgação deste conceito, poucas foram as reflexões e ações colocadas em prática para melhor entender a efetiva relação da sociedade com o meio físico-natural.

A partir do conceito de desenvolvimento sustentável dado pelo Relatório de Brundtland, pode-se considerar a definição de sociedade sustentável dada pelo Relatório Meadows (1972)⁸ como sendo uma sociedade que pode persistir por várias gerações, que consegue enxergar longe o suficiente, de forma ampla o suficiente.

No encerramento dos debates do II Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade (2009), a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, enfatizou o que será o principal desafio para todos os países nos tempos que se avizinham:

O desenvolvimento articulado de ao menos seis aspectos sustentáveis nas diferentes sociedades humanas: sustentabilidade ambiental, cultural, econômica, estética, ética e política. Em não sendo assim, embora de um modo que as sociedades humanas nunca viram ou praticaram, não haverá verdadeira equidade nem sustentabilidade para a espécie humana viver em sociedade.

Sendo assim, a sustentabilidade tem como característica marcante a preocupação com as gerações futuras. A partir deste conceito, todas as decisões da geração atual devem ser analisadas para que o desenvolvimento sustentável possa ser atingido em sua totalidade. *“A questão da sustentabilidade jamais será um samba de uma nota só”*⁹ (SILVA, 2009).

A sustentabilidade jamais será uníssona. Ela engloba diversos níveis, fatores e agentes e não se resume ao primeiro, segundo ou terceiro setor, nem ao menos apenas ambiental, ou social, ou econômico. Ao contrário, é exatamente a sinergia de todos eles.

⁸ O referido Relatório, conhecido por Relatório de Roma, ou Relatório do Clube de Roma, trata essencialmente de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade, tais como: energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia, crescimento populacional, entre outros.

⁹ Marina Silva – entrevista ao “Roda Viva” – TV Cultura, 2009.

2.2. PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ¹⁰ é a rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 166 países. Seu mandato central é o combate à pobreza. Trabalhando ao lado de governos, iniciativa privada e sociedade civil, o PNUD conecta países a conhecimentos, experiências e recursos, ajudando pessoas a construir uma vida digna e trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros para fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso a seus recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros.

Em 2000, líderes mundiais assumiram o compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que incluem reduzir a pobreza extrema pela metade até 2015. No PNUD Brasil, há um enfoque especial para encontrar e compartilhar soluções em três áreas principais: Governança Democrática, Redução da Pobreza, Energia e Meio Ambiente.

Em todas as suas atividades, o PNUD encoraja a proteção dos direitos humanos e a igualdade de gênero.

No Brasil há mais de 40 anos, criando e implementando projetos, o PNUD busca responder aos desafios específicos do Brasil e às demandas do país através de uma visão integrada de desenvolvimento. Os temas centrais de atuação do PNUD Brasil são a modernização do Estado, o combate à pobreza e à exclusão social, a conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais.

A intervenção do PNUD em políticas sociais tem cinco focos definidos: a implementação de políticas que visam fortalecer setores críticos para o desenvolvimento humano; o apoio às políticas de descentralização e empoderamento nos municípios; a promoção dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e do desenvolvimento humano sustentável; o desenvolvimento de capacidade institucional nos governos federal, estaduais e municipais; e a construção de novas redes e parcerias com o setor privado e a sociedade civil.

¹⁰ Fonte: <http://www.pnud.org.br/pnud/>

O PNUD também apóia o fortalecimento da responsabilidade social corporativa através do Pacto Global (uma iniciativa do Sistema ONU), fornece assessoria técnica na elaboração e implementação de ferramentas de monitoramento e avaliação de programas de transferência de renda, importantes para reduzir a pobreza.

Na área ambiental, projetos do PNUD em parceria com os governos federal, estaduais e municipais, vêm apresentando resultados significativos com a melhoria de renda de populações indígenas, de pequenos agricultores e de seringueiros e, ao mesmo tempo, contribuindo para a proteção da biodiversidade. O apoio ativo à consolidação institucional e técnica de agências reguladoras independentes em serviços públicos como fornecimento de água, saneamento e eletricidade, ajudou a reduzir riscos para o investimento privado e a proteger os consumidores de baixa renda. O PNUD vem apoiando ativamente o emprego da energia renovável na eletrificação rural.

A questão racial tornou-se um dos itens mais proeminentes na agenda nacional. Para isto contribuiu o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano com tema Racismo, Pobreza e Violência, contendo metas específicas de redução de pobreza desagregadas por gênero e raça.

O conceito de desenvolvimento humano sustentável consolidou-se e o IDH é hoje empregado para estabelecer prioridades nas políticas públicas, para calcular repasses a estados e municípios na destinação orçamentária, para apoiar a atuação da sociedade civil e até mesmo para orientar empresas privadas em processos decisórios e alocação de investimentos.

Em 1990, o PNUD introduziu em todo o mundo o conceito de desenvolvimento humano sustentável, que promove a adoção de políticas públicas que consideram as pessoas – e não a acumulação de riquezas – como propósito do desenvolvimento.

Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelo professor Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998.

O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, publicado anualmente desde 1990, promove o debate de temas relativos ao desenvolvimento e produz o ranking

do Índice de Desenvolvimento Humano, listando 144 países e territórios divididos em grupos de alto, médio e baixo desenvolvimento humano.

O conceito de desenvolvimento humano sustentável se firmou no Brasil em 1996, quando foi produzido o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano nacional. Em 1998, o PNUD lançou o primeiro Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, com o IDH de todos os municípios brasileiros, em parceria com a Fundação IBGE, a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Esse banco de indicadores georreferenciais permitiu estabelecer diagnósticos até então inéditos no Brasil sobre o país, regiões, Estados e municípios.

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, forneceu à sociedade uma ferramenta inovadora para traçar, implementar e avaliar políticas públicas, ações e gastos públicos e privados. Prefeitos de cidades com baixo IDH moveram-se para melhorar seus indicadores. A sociedade civil cobrou a apuração do IDH de brancos e negros, revelando desigualdades históricas. Empresas passaram a tomar decisões sobre investimentos e projetos sociais a partir das informações proporcionadas pelo Atlas. O tema desenvolvimento humano passou a fazer parte de provas de vestibulares. Políticas e leis inspiradas nos indicadores de desenvolvimento humano orientaram recursos para as comunidades mais carentes. E a Lei de Diretrizes Orçamentárias incorporou o índice como base para repasses orçamentários.

A partir de 2001, o PNUD em parceria com prefeituras metropolitanas começou a produzir o Atlas de Desenvolvimento Humano para regiões metropolitanas como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo.

Em busca deste objetivo macro de promover a qualidade no crescimento, ou seja, aliado ao desenvolvimento humano, estão as diretrizes traçadas pela Agenda 21.

2.3. AGENDA 21¹¹

A Agenda 21 é um programa de ações para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Na verdade, a Agenda 21 aprovada pelos países tem a função de servir como base para que cada um desses países elabore e implemente sua própria Agenda 21 Nacional, compromisso, aliás, assumido por todos os signatários durante a Eco-92.

A adoção formal por parte da ONU do conceito de desenvolvimento sustentável parte da criação em 1972 da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) que em 1987 publicou um relatório intitulado "Nosso futuro comum", também conhecido como o Relatório Brundtland, acima citado. Esse relatório indicou a pobreza nos países do sul e o consumismo extremo dos países do norte como as causas fundamentais da insustentabilidade do desenvolvimento e as crises ambientais. A comissão recomendou a convocação de uma conferência sobre esses temas.

O desenvolvimento da Agenda 21 começou em 1989 com a aprovação em assembléia extraordinária das Nações Unidas uma conferência sobre o meio ambiente e o desenvolvimento como fora recomendado pelo Relatório Brundtland e com a elaboração de esboços do programa, que, como todos os acordos dos estados-membros da ONU, sofreram um complexo processo de revisão, consulta e negociação, culminando com a segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92, no Rio de Janeiro, onde representantes de 179 governos aceitaram adotar o programa.

A Agenda 21 teve um estreito acompanhamento a partir do qual foram feitos ajustes e revisões. Primeiro, com a conferência Rio+5, em 1997 na sede da ONU, em Nova Iorque; posteriormente com a adoção de uma agenda complementar denominada

¹¹ Dados coletados, principalmente, no documento Cidades Sustentáveis – Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira, além da Agenda 21 Brasileira e outras Agendas locais, que estão disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente.

Metas do Desenvolvimento do Milênio (*Millenium development goals*), com ênfase particular nas políticas de globalização e na erradicação da pobreza e da fome, adotadas por 199 países na 55ª Assembléia da ONU, que ocorreu em Nova Iorque no ano 2000; e a mais recente, a Cúpula de Johannesburgo, na cidade sul-africana em 2002. Este termo, contou com a assinatura de 179 países.

A partir da Agenda 21 Global, todos os países que assinaram o acordo assumiram o compromisso de elaborar e implementar sua própria Agenda 21 Nacional. A Agenda 21 Nacional deve adequar-se à realidade de cada país e de acordo com as diferenças sócio-econômico-ambientais, sempre em conformidade com os princípios e acordos da Agenda 21 Global.

A metodologia empregada internacionalmente para a elaboração das agendas 21 nacionais contempla a participação de diferentes níveis do governo, o setor produtivo e a sociedade civil organizada.

No Brasil foi criada, por decreto do Presidente da República, em fevereiro de 1997, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, incluindo representantes do governo e da sociedade civil, com as atribuições de (1) propor estratégias de desenvolvimento sustentável e (2) coordenar, elaborar e acompanhar a implementação daquela Agenda.

A Comissão é paritária, ou seja, tem número igual de representantes para cada categoria ou para cada parte, e reúne os ministérios ligados às questões de desenvolvimento e de meio ambiente, bem como representantes da sociedade civil organizada. Tem como finalidade propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar a elaboração e a implementação da Agenda 21 Brasileira.

A Comissão é composta dos Ministérios do Meio Ambiente; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Ciência e Tecnologia; das Relações Exteriores; Câmara de Políticas Sociais; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais; Instituto Nacional de Altos Estudos; Fundação Movimento Onda Azul; Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; e Universidade Federal de Minas Gerais.

Tem sua formação fixa e poderá, sempre que necessário, instituir grupos de trabalhos temáticos. Cabe ao Ministério do Meio Ambiente prover o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento da Comissão.

Um fator diferencial da Agenda Brasileira em relação às demais experiências no mundo é a opção pela inclusão das Agendas Locais. Num país de dimensões continentais e de múltiplas diferenças, a criação das Agendas Locais torna-se condição indispensável para o êxito do programa.

Agenda 21 Brasileira tem como opção a criação de Agendas 21 Locais. A proposta é que cada cidade faça sua Agenda 21 Local com a participação da sociedade civil.

Assim como cada país, cada cidade deve adequar sua Agenda à sua realidade e às suas diferentes situações e condições, sempre considerando os seguintes princípios gerais:

- participação e cidadania;
- respeito às comunidades e diferenças culturais;
- integração;
- melhoria do padrão de vida das comunidades;
- diminuição das desigualdades sociais;
- mudança de mentalidades.

Os compromissos assumidos pelos representantes dos países que aprovaram a Agenda 21 Global são muito claros e objetivos. Preservar as florestas e as nascentes, buscar substitutos para o CFC e outras substâncias que destroem a camada de ozônio, proibir a pesca destrutiva, buscar novas fontes de energia renováveis, reduzir o lixo produzido e encontrar combustíveis alternativos são alguns dos compromissos que devem ser traduzidos em ações, quando couber, na formulação de cada Agenda 21 Local.

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco- 92 ou Rio-92, , ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil em 1992¹². É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a

¹² Fonte: <http://www.mma.gov.br/sitio/>

forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. Cada país desenvolve a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional. A Agenda 21 se constitui num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento.

Com a Agenda 21 criou-se um instrumento aprovado pela OMF (Organização Mundial da Família), internacionalmente, que tornou possível repensar o planejamento. Abriu-se o caminho capaz de ajudar a construir politicamente as bases de um plano de ação e de um planejamento participativo em âmbito global, nacional e local, de forma gradual e negociada, tendo como meta um novo paradigma econômico e civilizatório.

As ações prioritárias da Agenda 21 brasileira são os programas de inclusão social (com o acesso de toda a população à educação, saúde e distribuição de renda), a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Mas o mais importante ponto dessas ações prioritárias, segundo este estudo, é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício. A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente.

3. GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Algumas poucas cidades brasileiras iniciaram um processo de elaboração da Agenda 21 local, traçando diretrizes de médio e longo prazo para suas políticas públicas socioambientais. Este processo, ainda incipiente, encara a questão do desenvolvimento aliado à sustentabilidade.

Segundo Rebouças (1997, p. 112-113), o desenvolvimento sustentável é de interesse da sociedade e, desta forma, é fundamental que as políticas públicas se harmonizem e se articulem; que haja ação harmônica da União, dos Estados, dos municípios e da sociedade, através de “estratégias de articulação que contemplem a necessidade de progressiva compatibilização da legislação ambiental e das políticas econômicas”.

Nessa perspectiva, cabe à Agenda 21, global, nacional e local, definir as diretrizes para implementação das políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Sustentável.

3.1. DIAGNÓSTICO DA AGENDA 21 BRASILEIRA SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Os conceitos de sustentabilidade urbana e de desenvolvimento urbano sustentável variam de acordo com a realidade econômica, social e ambiental de cada comunidade, além de suas particularidades culturais. Deste modo, a resolução de problemas de desenvolvimento e a sustentabilidade só ocorrem mediante participação ativa dos três setores da sociedade local.

As cidades brasileiras, ao crescerem rápido demais e sem planejamento, reproduziram injustiças e desigualdades sociais, potencializando a pobreza e a violência.

Paralelamente à urbanização, ao crescimento econômico, à industrialização e à conseqüente mudança de hábitos que acompanha a população que vive nesse contexto, estão os problemas ambientais urbanos, que acarretam reflexos no ambiente e na sociedade, estando diretamente ligados às condições socioeconômicas e culturais da população.

A partir desse cenário, a necessidade de mapeamento do impacto das atividades do homem sobre o ambiente surge como uma nova etapa fundamental no planejamento das políticas públicas.

Um problema urbano latente é o excesso de produção e o descarte inadequado de resíduos sólidos, cujo volume tem aumentado assustadoramente.

Segundo Ribeiro e Gunther, (2003, apud RIBEIRO, 2003, p. 473):

A produção crescente de resíduos sólidos tem sido agudizada por outros fatores mais modernos: novas tecnologias de produtos e materiais descartáveis, incorporados no consumo de bens e produtos; incentivo ao consumo como fator de diferenciação socioeconômica; falta de políticas que incentivem a redução da geração e carência de informação e consciência ambiental da população.

Os novos hábitos sociais de produção e consumo têm contribuído para o acúmulo de resíduos sólidos e, aliada a estes hábitos, a ausência ou insuficiência de políticas públicas de urbanização planejada agravam os problemas sócio-ambientais e aumentam a urgência por diretrizes para implantação de ações que objetivem a construção de cidades sustentáveis.

3.2. CIDADES SUSTENTÁVEIS - GESTÃO URBANA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com o objetivo de oferecer referências para ações públicas e privadas no Brasil, a fim de promover maior qualidade de vida nas regiões urbanas, foi elaborada a Plataforma Cidades Sustentáveis¹³, publicação da Rede Social Brasileira por

¹³ <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/plataformacidades>

Cidades Justas e Sustentáveis e o Movimento Nossa São Paulo¹⁴, que compila múltiplas práticas de sustentabilidade urbana em vigência em diversas cidades do mundo.

A Plataforma Cidades Sustentáveis acolhe sugestões de novas boas práticas de sustentabilidade urbana, e democratiza como referências para a sua multiplicação, disponibilizando informações atualizadas para os municípios brasileiros, gestores públicos e sociedade civil.

Dentre as diretrizes apresentadas na Plataforma, está o Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida, que compreende:

[...] pensar o consumo de forma a assegurar uma distribuição razoável entre toda a população, sem comprometer o nosso futuro. Isso se vincula diretamente ao conceito de estilo de vida, já que o consumismo e a ostentação nos levam a uma economia do desperdício. Não se trata de se privar e de realizar grandes sacrifícios, mas sim de consumir de maneira moderada e inteligente.

E, para ilustrar a prática desta diretriz, apresenta ações implementadas em diversos locais do planeta, entre elas, o Plano Integrado de Recursos para Resíduos Sólidos da cidade de Los Angeles, EUA, com população de 3,8 milhões de habitantes:

O Plano de maio de 2007 traça os objetivos da cidade para conservação dos recursos naturais, reciclagem, reutilização de materiais, saúde pública e proteção ambiental no planejamento de gestão de resíduos sólidos, para tornar Los Angeles líder até 2030 e chegar a ser uma “cidade de resíduo zero”. Atingir essa meta exigirá mudanças radicais em três áreas: criação do produto (fabricação e embalagem), uso do produto (energias sustentáveis, produtos reciclados e recicláveis) e eliminação do produto (recuperação de recursos ou descarte em aterro). Com o Plano, houve uma Redução de 62% dos resíduos despejados nos aterros (89% da meta de 2015).

Apresenta, também, o programa Avemare - Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança, em Santana do Parnaíba, SP, Brasil, com 115 mil habitantes:

¹⁴ Movimento Nossa São Paulo – organizações apartidárias e inter-religiosas da sociedade civil.

Avemare é uma organização formada por ex-catadores de recicláveis. A história da associação tem sua origem no aterro sanitário do município de Santana de Parnaíba (SP), localizado na Vila Esperança. Formada em setembro de 2000 e formalizada em 2007, hoje reúne cerca de 69 associados. Com apoio de diversos parceiros, a Avemare criou o Programa Lixo da Gente – Reciclando Cidadania, que visa a coleta seletiva por meio de conscientização da população sobre a importância da reciclagem para a preservação ambiental, assim como a inclusão e o desenvolvimento social. A meta é realizar 100% de coleta seletiva em Santana de Parnaíba.

A Plataforma apresenta outras propostas como diretrizes e, atreladas à elas, modelos de ações implementadas, como: Economia Local, Dinâmica e Sustentável; Melhor Mobilidade, Menos Tráfego; Ação Local para a Saúde; Do Local para o Global; Planejando Cidades do Futuro.

Resumidamente, o objetivo da Plataforma Cidades Sustentáveis é que os casos retratados, assim como as outras tantas informações disponíveis, possam contribuir, efetivamente, para que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade no Brasil.

Com o mesmo objetivo, o Governo do Estado de São Paulo desenvolveu o projeto Município Verde Azul, com diretrizes para a sustentabilidade das cidades brasileiras.

3.2.1. Aplicabilidades das PPMS (Município Verde Azul)

O projeto “Município Verde Azul” trabalha a gestão ambiental compartilhada, tratando os municípios como fortes parceiros, tomando decisões conjuntas, estimulando ações municipais em prol do meio ambiente e da sociedade.

Esta política ambiental descentralizada também visa promover a participação da sociedade na gestão ambiental e, dessa forma, conscientizar a população, transformando-a em atores sociais comprometidos com as questões ambientais de suas cidades.

A adesão dos municípios ao Projeto se dá a partir da assinatura de um “Protocolo de Intenções” que propõe 10 Diretivas Ambientais que abordam questões ambientais prioritárias a serem desenvolvidas. Assim é estabelecida a parceria com a Secretaria do Estado do Meio Ambiente que orienta, segundo critérios específicos a serem

avaliados, rumo às ações necessárias para que o município seja certificado como “Município Verde Azul”.

As 10 Diretivas são: Esgoto Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho de Meio Ambiente, onde os municípios concentram os seus esforços na construção de uma agenda ambiental efetiva.¹⁵

O tema cidades sustentáveis provém do conceito de sustentabilidade ampliada que trabalha a sinergia entre as dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento, advinda da noção de sustentabilidade progressiva, que trabalha a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável.¹⁶ Distingue, além disso, ao menos quatro dimensões básicas: ética, temporal, social e prática e indica critérios e vetores da sustentabilidade, paradigmas e produtos do desenvolvimento sustentável, a serem incorporados pelas esferas pública, estatal e privada (BEZERRA e FERNANDES, 2000).

De acordo com a Avaliação Ecosistêmica do Milênio – AEM (*“Millennium Ecosystem Assessment”* - MEA) existem quatro categorias de serviços de ecossistemas que influenciam o bem-estar humano: serviços de provisão (alimentos, água, madeira e fibras); serviços reguladores (que afetam climas, inundações, doenças, resíduos e a qualidade da água); serviços culturais (que fornecem benefícios recreacionais, estéticos e espirituais); e serviços de suporte (formação do solo, fotossíntese e ciclo de nutrientes).¹⁷

Segundo Bolund e Hunhammar (1999, p. 294) argumentam que “Os ecossistemas naturais urbanos contribuem para a saúde pública e para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos urbanos, tendo como exemplo a melhoria da qualidade do ar e a redução de barulho”.

“Um sistema geofisiológico sempre começa com a ação de um organismo individual. Se esta ação for localmente benéfica para o meio ambiente, ela então poderá se difundir até que acabe resultando um altruísmo global” (WILSON, 1997, p. 622).

¹⁵ Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/municipioverdeazul/index.php>

¹⁶ Conceito apresentado na Subseção 2.1.1.

¹⁷ <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>

Segundo Ribeiro (2003, p. 474):

A utilização de embalagens e produtos descartáveis, embora apresentando aspectos positivos em relação à comodidade, praticidade, segurança, melhor relação venda-produto e diminuição de custos de produção (transporte, por exemplo), vêm, também, contribuindo para o aumento da quantidade de resíduos sólidos gerados pela sociedade.

Paralelamente ao acúmulo de resíduos, crescem proporcionalmente os problemas sanitários e ambientais urbanos, agravados pelo fato de a geração dos resíduos ocorrerem de forma não programada e inesgotável.

O gerenciamento adequado destes resíduos urbanos tem se transformado em um dos grandes desafios dos governos municipais, mudando o enfoque antes dado à coleta destes, para as preocupações com seu destino adequado. A gestão eficiente dos resíduos sólidos é urgente e fundamental, e passa pelo conhecimento da problemática e seus riscos inerentes, e pelo estabelecimento de políticas, planos e programas que incorporem a vertente ambiental na busca de novas alternativas, com estratégias aplicáveis e soluções tangíveis. Redução na fonte geradora - coleta e destino adequado.

A aplicação destas políticas públicas, segundo Bezerra e Bursztyn (2000), é um processo de políticas públicas de Estados que deve prosseguir para planos de esferas estaduais e municipais a fim de atingir o desenvolvimento coeso. Em uma visão sistêmica, significa unir governos federal, estadual e municipal em ações que visem um novo modelo de desenvolvimento: o sustentável.

4. A PESQUISA

4.1. OBJETIVO

Esta pesquisa refere-se a um estudo sobre a questão das políticas públicas de desenvolvimento sustentável municipal do município de Assis/SP. O objetivo principal foi a análise da visão dos agentes de cada um dos setores da sociedade (1º, 2º e 3º setores) em relação à gestão, implantação e fiscalização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do município.

Além disso, apresentar a relação entre o que se pretende e o que é possível, o plano teórico, ideológico e o prático, contribuindo para uma melhor compreensão das aplicações e resultados destas políticas na sociedade.

Possibilitar a compreensão desta dinâmica, tomando como base o conhecimento e a experiência dos agentes entrevistados; e desenvolver algumas generalizações a respeito do tema.

4.2. O LÓCUS DA PESQUISA

O lócus da pesquisa é Assis, município do Sudoeste Paulista, que possui como principal via de acesso a Rodovia Raposo Tavares, situada a 448 km da Capital. Caracterizado como Pólo regional, por localizar-se em um entroncamento rodoviário importante entre os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, e viabilizar acesso estratégico para o Mercosul.

Pelo último censo¹⁸, sua população estimada é de 98.715 habitantes, distribuídos em uma área de 461,705 Km².

Sua posição geográfica privilegiada contribui para um perfil econômico diversificado na agricultura, comércio e prestação de serviços, despontando como grande centro

¹⁸ Informação disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf. Acesso em: 06.out.2010.

educacional e tecnológico, contando com quatro unidades de Ensino Superior, que oferecem mais de trinta opções de cursos de graduação e pós-graduação.

No que tange a questão das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Assis, possui como missão, segundo a Secretária Nilza Ferreira da Silva “gerir e preservar os recursos naturais do município, mas também a de gerar dinâmicas favoráveis para a existência de economias verdes”.¹⁹

A Secretaria destaca o Programa de Coleta Seletiva Solidária, que deu origem à COOCASSIS, gerando renda e elevando a auto-estima e a qualidade de vida da população local. O plano diretor da Secretaria inclui Arborização do Espaço Urbano e Reabilitação de Praças. Parcerias com outros órgãos, como o Trote Ecológico, com o Campus da Unesp de Assis, acontecimento cívico em que foram plantadas, pelos alunos, 450 mudas de árvores no Parque Ecológico do Jardim Paraná, contribuindo para o aumento da esfera pública de debate, a redução de riscos de saúde pública, criando espaços de encontro, de lazer e de prazer.

4.3. ESCOLHA DO MÉTODO – PESQUISA QUALITATIVA

Esta pesquisa baseia-se no método qualitativo e busca analisar a questão das políticas públicas de desenvolvimento sustentável no município de Assis/SP, a partir da visão dos agentes atuantes nos 1º, 2º e 3º setores da sociedade local. Para isso, foram coletadas informações, por meio de entrevistas, com dois agentes de cada setor.

Segundo Minayo (2004), as metodologias de Pesquisa Qualitativa podem ser entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

¹⁹ Informação disponível em: <http://assissustentavel.blogspot.com/2010/03/meio-ambiente-numa-cidade-inteira.html>. Acesso em: 06.out.2010.

Seguindo ainda as postulações de Minayo (2004) a pesquisa qualitativa tem uma abordagem social, a partir de um trabalho de investigação que, ao levar em conta os níveis mais profundos das relações sociais, considera também os aspectos subjetivos e não apenas os objetivos. Propõe a subjetividade como fundante do sentido e como constitutiva do social e inerente ao entendimento objetivo.

A opção por uma abordagem quantitativa ou qualitativa não se resume à mera questão de método, mas se dá em razão da natureza do problema e o nível de aprofundamento que se pretende atingir.

Quando a obtenção de uma precisão numérica se faz necessária, a pesquisa quantitativa é considerada mais apropriada por descrever variáveis quanto suas tendências centrais ou de dispersão e a possibilidade de generalizações. A pesquisa qualitativa, no entanto, não visa mensurar fenômenos, mas compreendê-los em sua dimensão e profundidade, analisando cultura, comportamento, valores e atitudes, bem como a perspectiva histórica que constitui o objeto: processos constitutivos ou de mudança de determinados sujeitos, grupos ou instituições.

4.4. ANÁLISE DE CONTEÚDO – A PERSPECTIVA DE LAURENCE BARDIN

Como Instrumento de Análise dos Dados será utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo, baseada na perspectiva de Laurence Bardin (1977), a partir da identificação de categorias e subcategorias, de acordo com os conteúdos coletados.

Historicamente, a análise de conteúdo iniciou-se nos Estados Unidos, como um instrumento de análise das comunicações, há mais de meio século. No entanto, a técnica de interpretação de textos já era abordada há muito tempo e de diversas formas, como na hermenêutica, arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos.

Quanto ao conteúdo a ser interpretado, Bardin aponta que “por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar”. (BARDIN, 1997, p113)

O percurso da Análise de Conteúdo foi delineado por diversas fontes de dados: as notícias dos jornais, os discursos dos políticos, as cartas trocadas, os anúncios publicitários, os romances autobiográficos, os relatórios oficiais. No início desse caminho, a objetividade da análise era perseguida com empenho. Aos poucos, a Análise de Conteúdo foi interessando pesquisadores da lingüística, etnologia, história, psiquiatria, psicanálise, que contribuíram com pesquisas com os trabalhos de colegas nas áreas da psicologia, das ciências políticas e do jornalismo.

A polêmica na aplicação desta metodologia centra-se em discussões sobre as diferenças obtidas com a abordagem qualitativa ou quantitativa das pesquisas. Na análise quantitativa, o que serviria de referencial seria a freqüência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa, utilizada neste estudo, observa-se a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração, posteriormente transformado em categorias e subcategorias de análise.

Desta forma, procura-se trabalhar os dados a partir da perspectiva da Análise de Conteúdo, procurando um texto atrás de outro texto, informações que, muitas vezes, não estão aparentes já na primeira leitura e que precisam de metodologia para que sejam revelados.

Para Bardin (1977) a análise de conteúdo de mensagens tem duas funções: função heurística (exploratória) e função de administração da prova (hipóteses). Na prática essas duas funções se complementam:

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de 'fala' a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes, dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (BARDIN, 1977, p. 41)

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42)

“As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em três pólos cronológicos:

- A pré-análise;
- A exploração do material;
- O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 1977)

A maioria dos procedimentos de análise de conteúdo organiza-se em torno de categorias. A categoria é uma forma geral de conceito. As categorias são reflexo da realidade, sendo sínteses, em determinado momento, do saber. Por isso, se modificam constantemente, assim como a realidade:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias, são rubrica ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 1979, p. 117)

O que se pretende é "fornecer, por condensação, uma representação significativa dos dados brutos", como afirma Bardin (1979, p. 119), pois a categorização representa a transformação de dados brutos em dados organizados. A Análise de Conteúdo busca chegar além da aparência, da simplicidade dos fatos, para alcançar sua real profundidade.

4.4.1. Procedimentos adotados para a coleta de dados

A coleta de dados e demais informações que serão apresentadas e discutidas no capítulo seguinte foi produto da combinação de vários procedimentos, a saber: pesquisa bibliográfica (referente ao tema) e entrevistas (com representantes dos três setores da sociedade: poder público, setor privado e terceiro setor).

4.4.2. Sujeitos

Os sujeitos escolhidos para a realização das entrevistas foram representantes dos três setores da sociedade, sendo:

- 02 do Primeiro Setor;
- 02 do Segundo Setor;
- 02 do Terceiro Setor.

Para facilitar a organização das informações, os sujeitos entrevistados foram identificados por siglas, a saber: **PS1** e **PS2** (entrevistados do Primeiro Setor – Poder Público); **SS1** e **SS2** (entrevistados do Segundo Setor - Setor Privado); **TS1** e **TS2** (entrevistados do Terceiro Setor);

Importante salientar que foram obedecidos os procedimentos éticos da pesquisa científica, tomando cuidados como: enfatizar o caráter voluntário de participação dos sujeitos pesquisados e a integridade da informação apresentada e analisada. No agendamento das entrevistas foram explicitados, para os participantes, os procedimentos da pesquisa. É importante ressaltar que a todos os entrevistados foi dada a possibilidade de anonimato, mas todos se posicionaram a favor de sua identificação.

4.4.3 Entrevistas

Diante da dificuldade na coleta de dados, bem como da análise evidenciada pela escassez de bibliografia sobre o tema, verificou-se a necessidade de um instrumento complementar, a fim de coletar dados de realidade, expressos pela fala dos próprios entrevistados, profissionais implicados na gestão das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Desta forma, para a realização desta etapa da pesquisa, trabalhou-se com entrevistas semi-dirigidas, com questões semi-abertas que, teoricamente, possibilitavam o aprofundamento dos temas pelos entrevistados, permitindo formular hipóteses durante a entrevista, verificando-as e retificando-as no momento em que ocorrem, em função da observação (BLEGER, 1998). O tema principal de questionamento, a gestão das políticas públicas municipais de desenvolvimento sustentável.

Para uma melhor organização e sistematização dos conteúdos, foi elaborado um Roteiro de Entrevista (Apêndice A) com questões direcionadas à temática da pesquisa.

Seguindo os passos da pesquisa qualitativa, foram utilizadas como base as postulações de Minayo (2004), especialmente para a sistematização do Roteiro de Entrevista:

O roteiro de entrevista difere no sentido tradicional do questionário. Enquanto este último pressupõe hipóteses e questões bastante fechadas, cujo ponto de partida são as referências do pesquisador, o roteiro tem outras características. Visando a apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa, o roteiro também contém poucas questões. Instrumento para orientar uma “conversa com finalidade” que é a entrevista, ele deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação. (MINAYO, 2004, p. 99)

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados da coleta de dados e uma discussão fomentada pela bibliografia específica relacionada ao tema. Norteou-se a discussão referenciada pela análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), a partir das entrevistas realizadas com os profissionais da área de desenvolvimento sustentável, por meio da sistematização de categorias específicas, reagrupadas em subcategorias, de acordo com a temática e significância.

5.1. CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS

A partir das entrevistas realizadas com os representantes dos três setores da sociedade, que atuam na área de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, trabalhou-se com a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), objetivando inferir o que estava subjacente ao discurso dos sujeitos. Para tanto, efetuou-se uma pré-análise dos conteúdos que permitiu agrupar os dados coletados nas entrevistas em torno de categorias e subcategorias, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 - Categorias e Subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Social • Ambiental • Econômica
Intersetorialidade	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro Setor • Segundo Setor • Terceiro Setor • Articulação

Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas diretamente ligadas à sustentabilidade • Políticas públicas estruturantes • Incentivos governamentais
Avanços	
Visão de Futuro	

A análise das categorias, bem como das subcategorias foi trabalhada de forma crítico descritiva, baseada na bibliografia específica, na legislação relacionada ao tema e em pesquisas de âmbito nacional. Desta forma, a partir de fragmentos das entrevistas realizadas, foi traçado um contraponto entre a forma como os entrevistados percebem a realidade atual e a bibliografia recente referente ao tema de políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

5.1.1. Categoria: Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável foi o grande norteador do presente trabalho e pode ser classificado como categoria fundamental para a compreensão da gestão das políticas públicas municipais relacionadas ao tema. Dentro desta categoria de análise, foram estabelecidas as seguintes subcategorias: Social, Ambiental e Econômica.

Os entrevistados definem Desenvolvimento Sustentável baseados nos conceitos de preservação dos recursos naturais, bem como das futuras gerações:

“(...) Podemos dizer de forma simples e objetiva que desenvolvimento sustentável é aquele em que a sociedade consome recursos naturais num ritmo menor ou no máximo igual à capacidade que tem a natureza de recuperá-los. É aquele que equilibra o progresso com a qualidade de vida, que coloca as pessoas e o meio ambiente como mais importantes do que o acúmulo da riqueza (...)” PS1

“(...) Em princípio, de uma forma bem simplista, tudo aquilo que possa crescer sem deixar passivo no meio ambiente, que não provoca prejuízo para as gerações futuras (...)” TS1

“(...) Aquele que permite que a sociedade se desenvolva em harmonia com a preservação dos recursos naturais, de forma a garantir melhores condições de vida aos homens sem, contudo, agredir ao meio ambiente. Ou seja, desenvolvimento sustentável garante harmonia entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais (...)” TS1

“é o resgate social e econômico das populações sem a destruição definitiva dos recursos naturais. Assumo esta posição, vendo e tendo a “pessoa” como maior fonte de inspiração, como centro.” PS2

Percebe-se, portanto, que o conceito abordado pelos entrevistados está em consonância com a definição dada, em 1987, pelo Relatório Brundtland, que definiu Desenvolvimento Sustentável como “aquele que responde as necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras”. Além de serem partidários quanto à observância dos três pilares do *Triple Bottom Line*, ou seja, econômico, social e ambiental.

“(...) Desenvolvimento Sustentável, no meu entendimento é aquele estruturado pelo famoso tripé da sustentabilidade: social, econômica e ambiental, mas para mim, o conceito vai além disso. Deve ser pautado em ações que favoreçam o surgimento de uma sociedade mais harmônica e justa, fundamentada pelos conceitos de ética, respeito e co-responsabilidade. Deve também, fortalecer as bases de um mundo mais humanizado, solidário e habitável, que será a morada das próximas gerações (...)” SS2

5.1.1.1. Subcategoria: Social

O conceito de sustentabilidade fundamentado pelo *Triple Bottom Line*, enfoca o pilar social, onde a busca pelo lucro, sem prejuízo para a sociedade, enfatiza a preocupação com o efeito social e cultural que as ações podem acarretar em determinada comunidade.

“(...) na minha ótica (que eu sempre olho), eu preciso da estrutura da sociedade, das pessoas, dos elementos humanos e, com isso, eu preciso investir nesses elementos humanos, que eles fazem parte dessa sustentabilidade na minha empresa. Do desenvolvimento sustentável, na minha ótica, esse segundo item que é você fazer um projeto de desenvolvimento em que eu consiga trabalhar com pessoas, direta e indiretamente, e que essas pessoas tenham alguma realização executando essas operações e essas relações com a empresa. Se isso não acontecer, a sustentabilidade fica comprometida. Porque você pode ficar rico, uma empresa muito rica, com gente muito pobre, o que não é confortável e nem conveniente. Então, hoje não se imagina mais isso. Isso é um pensamento do tempo da escravidão. Agora a relação do homem é outra e o empresário tem que pensar dessa forma (...)” SS1

“Essa é a minha visão de sustentabilidade: educação, capacitação, reciclagem, inclusão sócio-ambiental e, principalmente, acreditando que é possível o trinômio: proteção, preservação e produção.” PS2

A partir das citações, nota-se que os sujeitos, embora de setores distintos da sociedade, apresentam o pilar social como imprescindível ao desenvolvimento sustentável, da mesma forma como o Tripé da Sustentabilidade se refere a este pilar, ao tratamento do capital humano na sociedade para promoção do bem-estar e defesa dos direitos humanos.

5.1.1.2. Subcategoria: Ambiental

O pilar ambiental do *Triple Bottom Line*, que se refere ao capital natural da sociedade, representa a procura por formas de amenizar o impacto da sociedade sobre o ambiente, e compensar o que não é possível amenizar.

“(...) Você tem que ter responsabilidade com o meio em que você vive, se costuma chamar de ambiente, enfim, eu não posso destruir a fonte de matéria-prima e de todos os quesitos naturais que todas as empresas precisam, quer essa empresa atue no setor de matéria-prima animada, de origem animada, ou inanimada, ou como eu chamo isso, você tem dois grandes reinos, o animal e vegetal e o mineral. Conseqüentemente, as coisas minerais, de um modo geral, são inanimadas, mas uma empresa que trabalha com isso precisa também tomar cuidado para não extrair toda, na extração da matéria-prima dela, não destruir a fonte no processamento, não comprometer o ambiente, porque as outras duas coisas começam a ficar comprometidas, ou seja, quando eu comprometo o ambiente, eu comprometo duas outras coisas que eu dizia antes, eu comprometo a minha qualidade de vida, que foi o segundo item que eu abordei, e eu comprometo o meu primeiro item, que é o meu lucro, porque se eu comprometo tudo que “tá” em torno de mim, o meu lucro começa a ficar [...] O lucro a qualquer custo também não pode ser obtido.” SS1

“A pessoa portadora de uma educação sólida, segura dos princípios éticos da vida, porque são estes princípios éticos e morais que balizam pelo equilíbrio no uso dos recursos naturais, pela reposição de recursos usados, pela inovação no que diz respeito a desperdícios ou a subprodutos de usos cotidianos.” PS2

O posicionamento dos sujeitos deixa clara a importância, não apenas do pilar ambiental, como também, da necessidade de equilíbrio entre os pilares. Desta forma, demonstra estar em consonância com uma das noções chave do conceito de

Sustentabilidade, a Sustentabilidade Ampliada, que trata da sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento.

Nesses termos, vale ressaltar o amplo conceito de meio ambiente apresentado pelo artigo 3º, da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), como sendo o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, assim como o artigo 225 da Constituição Federal que estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida.

5.1.1.3. Subcategoria: Econômica

Complementando o tripé da sustentabilidade, o pilar econômico se refere ao capital econômico da sociedade, que reforça a importância de possibilitar o crescimento econômico articulado aos pilares social e ambiental.

“(...) eu acho que, contrariando um pouco do que é o discurso da atualidade, eu acho que ainda, desenvolvimento sustentável tem que ser economicamente viável. Nenhuma empresa se sustenta fazendo tudo que é correto social e ambientalmente se ela não tiver sustentabilidade econômica e financeira. Ela precisa ser economicamente viável. Então, o que é desenvolvimento sustentável? É ter uma estrutura operacional capaz de chegar ao final de um determinado ciclo e essa empresa demonstrar ser economicamente viável. Sobre o primeiro item de desenvolvimento sustentável para mim. Não adianta você ter outras coisas (...)” SS1

Desta forma, é preciso atender às necessidades socioambientais sem comprometer o crescimento econômico. Mas, é importante ressaltar, a partir da explanação do sujeito, que a sustentabilidade também não é atingida, no segundo setor, quando a empresa atende às necessidades dos pilares social e ambiental, se esta não atingir seu objetivo fim, que é o lucro, uma vez que se torna economicamente insustentável.

5.1.2. Categoria: Intersetorialidade

Uma discussão transversal no presente trabalho, é a questão da Intersetorialidade, ou seja, o papel de cada um dos setores da sociedade na gestão das políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Esta fundamental categoria, induz à análise das atribuições do primeiro, segundo e terceiro setor, no que tange a questão da sustentabilidade dos municípios:

“(...) Se pegar o 1º, 2º e 3º setores, a ONG que defende o meio ambiente e outra que defende atividade empreendedora, e no final a primeira falando de cidadania e sobrevivência da espécie, e nós, falando de sobrevivência na sociedade, nem sempre é uma discussão focada no que é melhor para todas, mas com ou sem demagogia, tem que acontecer (...)” TS1

“(...) O Estado hoje tem um papel muito mais intromissor na iniciativa privada e, retirando dinheiro da iniciativa privada, o Estado hoje faz dinheiro, por incrível que pareça, porque ele é dono da riqueza, do patrimônio do país, da riqueza natural do país. O Estado é dono e, conseqüentemente, concede direito de exploração de água, de esgoto, de gás natural, de petróleo, de minério, enfim é ele que domina e cobra impostos e distribui esse dinheiro dos impostos e, conseqüentemente, o Estado não está cumprindo a parte dele, mas a iniciativa privada tem uma contribuição muito maior a dar do que está dando hoje (...)” SS1

Percebe-se a existência de conflitos entre os setores no que diz respeito ao cumprimento do papel de cada um, mais uma vez ressaltando a necessidade da articulação entre os setores. Necessidade de se estabelecer processo gradativo de diálogo, planos de ações e diretrizes, visando o objetivo maior, equilibrando múltiplos interesses e necessidades.

“(...) Acredito que a intersetorialidade é fator fundamental para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Nosso instituto trabalha nesta linha, prestando serviços de consultoria para grandes grupos empresariais, a partir da realização de diagnósticos socioambientais e projetos de desenvolvimento local e regional sustentável. Além disso, incorporamos ações transversais focadas na formação de profissionais que atuam na área, além de um trabalho de desenvolvimento de instituições, formação de redes e articulação de parcerias interinstitucionais e intersetoriais (...)” SS2

A parceria entre os três setores é necessária e as ações devem ser implantadas de forma sistêmica para que se atinja um objetivo maior, o desenvolvimento sustentável.

5.1.2.1. Subcategoria: Primeiro Setor

Considerando que cabe ao Poder Público a defesa do interesse público, é de fundamental importância que este se posicione, em todas as suas esferas, e estabeleça metas para a sustentabilidade, e mecanismos para atingi-las.

“(...) O setor público, pelo qual falo neste momento, tem um papel extremamente importante para o desenvolvimento sustentável, como proponente de políticas públicas, como priorizador de recursos, na fixação de metas e principalmente pela definição de uma visão de futuro para a sustentabilidade (...)” PS1

“(...) O primeiro setor pelo papel de propor políticas públicas, criar programas educacionais e formação da sociedade, priorizar recursos, estabelecer metas e provocar outros agentes a se inserirem na busca da sustentabilidade (...)” PS1

“Temos que ser o exemplo, o motor e a dinâmica da execução das políticas públicas de meio ambiente; da sustentabilidade!” PS2

Conforme citações acima e, considerando o direito ao meio ambiente equilibrado como um dos direitos fundamentais e; tendo em vista que a função interventiva do Estado na economia, ressaltada pela Constituição Federal, a partir do artigo 170, tanto no aspecto da exploração direta quanto pelo aspecto da intervenção indireta por meio da regulação da atividade econômica; ao Poder Público cabe atuar e coordenar a observância dos princípios de ordem econômica e a criação de mecanismos para tornar efetivo o exercício do direito ao meio ambiente saudável e, desta forma, fomentar o desenvolvimento sustentável.

5.1.2.2. Subcategoria: Segundo Setor

Os apontamentos coletados em entrevistas, referentes a esta subcategoria, vêm ressaltar a importância do papel do setor privado para que o município atinja as metas de desenvolvimento sustentável, através da exploração consciente dos recursos.

“(...) O segundo setor é importante, pois é ele que precisa equilibrar a voracidade do acúmulo de riquezas e o lucro a qualquer custo com a capacidade que tem a natureza de regenerar os recursos dela utilizados nas atividades econômicas (...)”PS1

“(...)O segundo setor, atualmente vem incorporando ações de responsabilidade socioambiental, por meio de projetos direcionados à comunidades com foco no desenvolvimento sustentável. Por muito tempo, as empresas acreditavam que, realizar ações de doações e patrocínios era suficiente para imprimir uma marca de “empresa socialmente responsável”. Hoje, a maioria das corporações está convencida que é necessário algo mais (...)” SS2

Sintetizando desta forma, a mudança de paradigma necessária ao segundo setor, anteriormente voltado ao lucro a qualquer custo, exploração de riquezas naturais de forma predatória, para uma visão holística que presume a utilização dos recursos sociais e naturais finitos de forma a garantir a preservação do meio.

“(...) Existem algumas coisas que eu acho que devem ser de domínio público, então, eu penso assim, mas eu acho que o setor privado, o setor da iniciativa privada, empresarial, acho que cada vez mais ele terá de responder por esse, vamos dizer, entrelaçamento dos interesses da sociedade como um todo. E nós vamos ter que entender que as empresas terão que fazer o papel delas, mas que o Estado tem que cumprir o seu papel naquilo que lhe compete (...)” SS1

Sendo assim, a iniciativa privada está intimamente ligada ao princípio do desenvolvimento sustentável, uma vez que deve adotar medidas eficazes na preservação do meio ambiente sadio e da sociedade em que está inserida.

Portanto, é fundamental que a iniciativa privada, tendo respaldo do poder público, possa garantir a preservação e renovação dos recursos naturais finitos, sem perder a capacidade de gerar lucro, seu objetivo primeiro.

5.1.2.3. Subcategoria: Terceiro Setor

A partir da concepção de terceiro setor de Angerami (2008, p. 186), composto por pessoas jurídicas de direito privado que não integram o Poder Público, mas mantêm parcerias com este a fim de preservar o interesse público, nota-se a relevância do papel deste setor da sociedade na busca pelo Desenvolvimento Sustentável.

“(...) Dentro do terceiro setor, a importância é de estar tentando unir os interesses do desenvolvimento, unir empresários com a comunidade que, em princípio, é representada pelo governo (não necessariamente). Quando se discute política e

desenvolvimento sustentável junto ao poder público, pessoas individuais, física ou jurídica, normalmente a discussão é feita através de uma organização que o represente (...)" TS1

"(...) O terceiro setor é também extremamente importante, pois através dele se dá a capilarização de informações, conceitos, atitudes e conscientização da sociedade como um todo. A grande transformação que precisa ocorrer é no nível da consciência humana e o terceiro setor tem muito a contribuir com isto (...)" PS1

Dentro desta perspectiva, o terceiro setor atende às necessidades sócio-ambientais que não são supridas pelo primeiro setor referentes a proporcionar qualidade de vida e bem-estar comum.

5.1.2.4. Subcategoria: Articulação

O consenso atual aponta, de forma globalizada, a necessidade latente de trabalho conjunto entre os três setores da sociedade para que se possa, no contexto capitalista atual, promover o desenvolvimento local e global de forma sustentável.

"(...) Não há como se falar em desenvolvimento sem que haja uma grande integração e uma boa articulação entre os três setores da sociedade (...)" PS1

"(...) Avalio que cada um desses setores tenha responsabilidades a cumprir que sejam intransferíveis de um para outro. Entretanto, devo reconhecer que a articulação desses setores potencializará as ações e reduzirá os desafios que a sociedade contemporânea vem enfrentando (...)" TS2

Adjacentes ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, estão os conceitos de sustentabilidade urbana e de desenvolvimento urbano sustentável, que variam de acordo com a realidade econômica, social e ambiental de cada comunidade, além de suas particularidades culturais. Dentro deste contexto, a resolução de problemas de desenvolvimento e a sustentabilidade só ocorrem mediante participação ativa dos três setores da sociedade local.

Nessa linha, o município de Assis:

“[...] conta com a participação popular através do COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente, e com estruturas como o Sistema Municipal de Meio Ambiente, uma rede de entidades públicas e privadas que contribuem para uma cidade mais equilibrada, mais verde, mais educada, mais justa e mais democrática. Como você diz: mais sustentável.” PS2

5.1.3. Categoria: Políticas Públicas

A gestão das Políticas Públicas estruturantes para a sustentabilidade dos municípios é a tônica deste trabalho.

“A política pública não serve para condicionar o ser humano, antes sim, para impulsionar as suas capacidades, as suas habilidades, a sua humanidade, isso é a verdadeira razão delas existirem.” PS2

Esta noção caracterizou-se como uma importante categoria de análise, e dentro dela foi possível estabelecer as subcategorias: Políticas Públicas diretamente ligadas à sustentabilidade, Políticas Públicas estruturantes, e Incentivos Governamentais.

“(...) É possível citar algumas que estão diretamente ligadas e outras que são estruturantes para buscar a sustentabilidade (...)” PS1

5.1.3.1. Subcategoria: Políticas públicas diretamente ligadas à sustentabilidade

As políticas públicas que estão diretamente ligadas à sustentabilidade aparecem como diretrizes no programa Município Verde Azul, sendo elas: Esgoto Tratado, Lixo Mínimo, Recuperação da Mata Ciliar, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Habitação Sustentável, Uso da Água, Poluição do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho de Meio Ambiente, onde os municípios concentram os seus esforços na construção de uma agenda ambiental efetiva.

“(...) Como diretamente ligadas: Política Pública para resíduos sólidos [...], a preservação de fragmentos de mata natural na área urbana do município [...], a criação de um programa denominado Carbono Zero que contempla a realização de um inventário anual de geração de CO² [...], a implantação de sistema de aproveitamento de podas de árvores e outras vegetações como adubação orgânica [...], o tratamento de 100% do esgoto coletado, tendo coleta de 98% do esgoto produzido [...], o Programa de recuperação de estradas vicinais, como estratégia de proteção de nascentes e rios contra o assoreamento [...], a introdução do assunto meio ambiente e sustentabilidade como atividade transversal no currículo educacional nas escolas municipais (...)” PS1

“(...) Temos uma secretaria do meio ambiente [...], nos temos já há mais de dez anos uma usina de lixo que já foi modelo para muitas comunidades, que é parte da preocupação porque qualquer atividade humana gera resíduos [...]. E temos no atual governo o Projeto piloto, na Avenida Rui Barbosa, mudas de rearborização (...)” TS1

“(...) Avalio que o município possa ter algumas diretrizes para promover desenvolvimento sustentável, como por exemplo, o Plano Diretor Participativo, elaborado e aprovado em 2006, que se refere explicitamente à temática. Entretanto, as diretrizes por si mesmas não garantem políticas públicas e/ou projetos. Faz-se necessária vontade política do gestor público para que, por meio de uma equipe competente, sejam elaboradas tais políticas, programas, projetos e ações que garantam o desenvolvimento sustentável (...)” TS2

“(...) Conheço as ações direcionadas à efetivação das tratativas do Município Verde Azul. Em Assis, há um trabalho importante sendo realizado pela Secretaria e pelo Conselho do Meio Ambiente – ações de preservação de APP’s (áreas de preservação permanente), coleta seletiva, reciclagem e compostagem do lixo, arborização urbana, entre outras ações (...)” SS2

Com o intuito de garantir que estas políticas/projetos sejam efetivamente implementados, o projeto “Município Verde Azul” trabalha a gestão ambiental compartilhada, tratando os municípios como fortes parceiros, tomando decisões conjuntas; esta política descentralizada também visa promover a participação da sociedade na gestão ambiental e, dessa forma, conscientizar a população, transformando-a em atores sociais comprometidos com as questões ambientais de suas cidades.

5.1.3.2. Subcategoria: Políticas públicas estruturantes

As políticas públicas estruturantes são aquelas que fomentam a implantação de projetos e programas direcionados à infra-estrutura e que, quando efetivamente estruturadas, favorecem o desenvolvimento sustentável dos municípios:

“(...) Como Políticas estruturantes podemos citar como mais importantes: Implantação de um amplo programa de incentivo a continuidade de estudos com formação na graduação e pós-graduação [...], Criação e implantação de conselhos municipais, fortalecendo a participação popular e democrática nas definições de prioridades para o município [...], Elaboração e implantação de um Plano Municipal de Saneamento e de um Plano de Macro drenagem urbano e rural (...)” PS1

“(...) Se existem? Existem algumas políticas públicas no município. Elas são muito mais [...], existe uma política pública de ofertar espaço no Distrito Industrial para que empresários se instalem, é uma política pública (se isso podemos entender que é uma política pública), mas ela vem manca porque ela oferece o espaço e não oferece a condição básica para uma empresa funcionar. Primeiro, esgoto e asfalto, iluminação pública de boa qualidade, e hoje, um item a mais, segurança pública (...) SS1

Neste trecho fica claro o papel do poder público enquanto responsável por oferecer a estrutura básica necessária de urbanização planejada, pois, em isso não ocorrendo, agravam-se os problemas sócio-ambientais, além de impossibilitar que os outros setores da sociedade cumpram com sua parcela que lhes cabe.

5.1.3.3. Subcategoria: Incentivos Governamentais

Alguns entrevistados indicam que reconhecem incentivos governamentais para a gestão das políticas públicas de desenvolvimento sustentável:

“(...) Recursos financeiros através de convênios para obras de infra-estrutura e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive dos resíduos da construção civil. Recursos para pagamento por serviços ambientais, iniciado no Estado de São Paulo neste ano de 2010, recursos para implantação de aquecedores solares em todas as

casas populares construídas em parceria Estado e Municípios, criação de legislação específica para o assunto a exemplo da lei de mudanças climáticas editada pelo Estado de São Paulo e a criação de Programas como o Município Verde e Azul e o Pacto das Águas – São Paulo, a destinação de recursos através do Fundo Estadual de recursos Hídricos que são priorizados democraticamente pelos Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (...)" PS1

"(...) Além das diretrizes, como o incentivo aos municípios para que elaboração de Plano Diretor, Estatuto da Cidade, entre outros, existem programas de vários ministérios e outros órgãos públicos, disponíveis para o acesso dos gestores públicos apresentarem propostas e obterem financiamento de suas ações. Exemplos desses incentivos federais, em Assis, são: Agricultura Familiar: incentivo à organização coletiva e produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, da CONAB e Coleta Seletiva Solidária: incentivo à organização coletiva de catadores e financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos [...]. E o caso do projeto da UNESP e da Cáritas Diocesana com a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região. Em nível estadual podemos citar o Município Verde, que incentiva os municípios a desenvolverem ações compatíveis com o desenvolvimento sustentável, como critério para acessarem determinados recursos do governo estadual (...)" TS2

No entanto, outros entrevistados desconhecem estes incentivos e acreditam que ainda é preciso somar esforços para se atingir a sustentabilidade:

"(...) Se tem, não conheço. Acredito que não tem porque o Estado não é gerador, e sim, distribuidor, ao menos na teoria, na prática, mais consumidor que distribuidor, nós temos custo de auto-sustentação do governo que não se explica. Ele não entende como administrar o que seria ideal com o que seria possível. Já de administrações anteriores, dirigentes que não são da área empreendedora não conseguem enxergar a importância dos incentivos. Quando se quer o bem comum,

riqueza, emprego e renda (empreendedor). Como se vai fazer isso de forma economicamente sustentável, de não gerar passivo para gerações futuras (...)" TS1

Esta afirmação denota a fragilidade das relações entre os setores e a necessidade de diálogo entre estes para estabelecer as medidas que atendam ao interesse coletivo, além de reafirmar a importância da disseminação da informação como forma de atingir as metas do desenvolvimento sustentável.

5.1.4. Categoria: Avanços

O tema das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável pode ser considerado relativamente novo. No entanto, a pesquisa bibliográfica apontou avanços na temática, o que pôde ser reiterado pelas postulações dos entrevistados, que reconhecem uma paulatina evolução nos diversos setores da sociedade.

"(...) Com certeza houve muitos avanços. O segundo setor tem adotado em suas organizações políticas de sustentabilidade como diferencial de competitividade no mercado, a população tem priorizado produtos, equipamentos e serviços que demonstram preocupação e, efetivamente, estão de acordo com os desafios da sustentabilidade, o grande avanço na formação a nível técnico, da graduação e pós-graduação na área ambiental; os governos regionais e nacionais têm assumido compromissos mundiais com a sustentabilidade, a exemplo do protocolo de Kyoto e, mais recentemente, o de Copenhagen (...)" PS1

"(...) Eu acho que houve um avanço razoável do ponto de vista do discurso, tem muita gente fazendo discurso, mas eu acho que não houve avanço com relação à prática. [...] Eu acho que tem mais discurso do que proatividade, do que atitude pra tentar, juntos, fazer as coisas. [...] Eu acho que nós temos muito discurso e pouca atitude, e de cada um de nós. Então, eu tento fazer a minha parte (...)" SS1

“(...) Diria que isso tem maior ou menor importância e avanço dependendo muito do nível [...] São Paulo, Paraná, para o Sul [...] porque está relacionado à educação, cidadania, então, se você fizer uma análise por região os resultados serão muito distintos, então, diria que é relativo, está muito na mídia, principalmente agora com esse crescimento da Marina Silva, mas acredito que as pessoas como todo, estão bem melhores informadas que há cinco anos atrás. Os avanços são substantivos em relação ao tema. Áreas importantes como herança para o futuro ainda sofrem muito com mistura de [...] o Estado deveria ser guardião e ao mesmo tempo acaba sendo vetor de degradação. Hoje, sejam empreendedores, sejam pessoas, estão mais conscientes em consumo, discurso. Se o Estado não fosse corrupto estaria melhor. Aquele que deveria ser o maior guardião é aquele que mais provoca degradação (...)” TS1

“Como haverá sustentabilidade sem gente para debatê-la, participar, exercitar, promover, transformar...” PS2

Verifica-se que houve avanço nas questões voltadas ao Desenvolvimento Sustentável, porém, os maiores avanços estão no campo do discurso, da difusão de informações. É preciso, então, estender estes avanços ao campo prático, é necessário implantar o fruto deste discurso, encontrar formas de transformá-lo em soluções exequíveis. Encontra-se aí o grande passo a ser dado.

Cavalcanti (2001, p. 185) considera que “estas soluções são elegantes na teoria, mas quase sempre são muito difíceis na prática”.

“(...) Grande parte dos avanços em relação ao desenvolvimento sustentável, atualmente, decorre da existência de políticas públicas que o promovam, incentivem, regulamentem e fiscalizem. Lamentavelmente, o desenvolvimento econômico, predatório como sempre, fez estragos que hoje encontram enormes dificuldades para serem revertidos, são conseqüências sociais e ambientais desastrosas. Entretanto, alguns setores da sociedade sensibilizados com a situação e

preocupados com o futuro, vêm cobrando atitudes e medidas mais conscientes da população e, de certa forma, pressionando os governantes para a elaboração de uma política mais efetiva. (...)" TS2

Este tipo de mudança tem sido alavancada por movimentos da sociedade e programas elaborados por grupos que representam a vontade da população, global ou local, como a Agenda 21, o PNUD, o Município Verde Azul e a Plataforma Cidades Sustentáveis.

"Isso faz com que a mobilização seja o motor de qualquer ação [...]" PS2

Estes instrumentos de gestão participativa, em linhas gerais, apontam que todo município, estado e país devem ter objetivos e estratégias, concretizados através de planos de metas, de curto e longo prazos, visando o desenvolvimento sustentável.

"(...)Acredito que avançamos muito nesta área, em todos os setores da sociedade eu visualizo avanços significativos. O poder público tem criado secretarias específicas de meio ambiente e, em alguns lugares, de desenvolvimento sustentável. As empresas, vêm paulatinamente assumindo seu papel e agindo além de simples planos de compensação ambiental, mas estão incorporando projetos efetivos direcionados ao desenvolvimento local e regional sustentável. As instituições do terceiro setor, somam-se à estas iniciativas para desenvolver projetos socioambientais específicos – muitas vezes, assumem um papel que deveria ser do estado e até mesmo das empresas – mas temos que considerar a relevante intervenção destas instituições no campo do desenvolvimento sustentável (...)" SS2

5.1.5. Categoria: Visão de Futuro

Na categoria visão de futuro, os entrevistados apresentam um desejo de que o desenvolvimento sustentável torne-se efetivamente uma realidade. Consideram a situação atual e esperam que, por meio da articulação dos diferentes setores da sociedade, bem como de atores sociais, institucionais e políticos, as políticas públicas se consolidem nos municípios:

“(...) Para que isto ocorra é prioritário enfrentar os problemas de infra-estrutura e melhoria da qualidade de vida da população. É preciso planejamento em relação a uso e ocupação do solo. É preciso adoção de políticas públicas estruturantes e edições de marcos regulatórios para preservação do equilíbrio na exploração dos recursos naturais e possibilidade de sua recuperação pela natureza. É preciso maior prioridade do tema na área educacional. É preciso que nos municípios, as administrações municipais assumam a vanguarda de educar pelo exemplo. É preciso que se adote muito mais a prevenção como política do que a remediação depois do dano causado (...)” PS1

Demonstram a necessidade de visão e estabelecimento de metas de médio e longo prazos:

“(...) Que haja recursos em longo prazo e baixo custo para que empresários de boa qualificação, do ponto de vista de produção e de riqueza, com sustentabilidade social e ambiental, possam se estabelecer. Não podemos entender que o empresário continue agindo a curtíssimo prazo. Então, eu acho que nós temos que fazer projetos de investimentos de médio e longo prazo, para que esse empresário consiga pensar em sustentabilidade do negócio dele, sem ser muito imediatista [...]. E o desenvolvimento sustentável, ele precisa ser visto de médio e longo prazo [...]. Sustentabilidade, então, pressupõe investimento de recursos que tenham origem política, o recurso pode até não ser público, pode vir da iniciativa privada, mas ele

precisa ter disciplina do setor público para que possa ser retido, de médio e longo prazo, e a um custo sustentável, juros baixos que sejam possíveis de serem empregados (...)" SS1

"(...) Desenvolver sustentadamente, eu acho que é fincar esses pilares, uma vez isso feito, tudo vai fluir normal, água será limpa, não precisa deixar mata na beira do rio pra água estar limpa, é só você não jogar lixo, não poluir a água. É muito simples. Se tem a mata, melhor, mas se não tiver, o indivíduo educado, ele vai conservar aquilo adequadamente. Esse é o princípio da coisa (...)" SS1

Além disso, os sujeitos entrevistados ressaltam que sucesso do desenvolvimento sustentável que se deseja está intrinsecamente ligado à necessidade de educação e conscientização da população:

"(...) Além de medidas imediatas, sob responsabilidade dos poderes públicos (executivo, legislativo e judiciário), acredito que em médio prazo, somente pela educação de qualidade seja possível reverter o quadro dos desastres sociais e ambientais ocasionados pelo modelo de desenvolvimento econômico sob a lógica do capitalismo. O desenvolvimento sustentável só compatível com ambientes menos competitivos e individualistas (...)" TS2

"nada se poderia alicerçar com caráter de futuro permanente se a educação não estivesse na base real da nossa ação [...] educar para incluir, educar para preservar, educar para acrescentar valor" PS2

Segundo eles, esse sucesso depende, ainda, da articulação entre os setores:

"(...) A articulação entre todos os setores envolvidos, até a sociedade; a comunidade participa muito pouco, tinha que ser estimulada a participar mais. Esbarra na barreira

da informação, do quanto isso pode ser importante. Quando a sociedade está informada elege o guardião [...]. O povo precisa ter mais consciência para eleger, e os eleitos serem mais conscientes de que seus filhos e netos também serão herdeiros de suas atitudes (...)" TS1

"(...) Penso que articulação é o conceito essencial para que as cidades atinjam o verdadeiro desenvolvimento sustentável. Articulação dos diversos setores da sociedade, das instituições, lideranças, comunidade em geral. Percebemos que ações individuais apresentam resultados frágeis e insipientes. No entanto, ações coletivas e integradas potencializam o alcance de resultados, transformam comunidades, localidades, sociedades e imprimem mudanças duradouras e perenes - isto é sustentabilidade (...)" SS2

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do histórico e contextualização do desenvolvimento humano e social e da questão da sustentabilidade, através da revisão bibliográfica apresentada, juntamente com o resultado das entrevistas e das discussões sobre a sustentabilidade e a aplicação de políticas públicas municipais de desenvolvimento sustentável, é possível constatar que o desenvolvimento já não pode ser entendido apenas como crescimento econômico; a sociedade atual está acordando para a realidade de que desenvolver implica, também, em preservar as fontes de recursos naturais, e propiciar crescimento humano, qualidade de vida, bem-estar, justiça e igualdade.

E, para se atingir estas metas, é preciso reconhecer o papel de cada setor da sociedade. Considerar que cada indivíduo, enquanto cidadão, tem sua parcela de responsabilidade, que permeia suas atitudes, suas escolhas de vida e de consumo; as empresas privadas devem abraçar sua parcela, que se refere à responsabilidade de devolver ao meio e à sociedade onde estão inseridas, as condições sociais, econômicas e ambientais que sua atividade possa prejudicar, além de estabelecer formas de utilizar a matéria-prima e o elemento humano com o cuidado de não levá-los à escassez. E que, através do terceiro setor, ampliam-se as possibilidades de unir interesses do primeiro e segundo setores, objetivando suprir necessidades latentes da sociedade.

Após toda a análise desenvolvida, pode-se reafirmar o que a Constituição Federal Brasileira estabelece: cabe ao poder público garantir o bem-estar e, portanto, este deve cumprir com seu papel, através das políticas públicas, de desenvolver e implementar o desenvolvimento sustentável, uma vez que deve defender os direitos dos cidadãos de hoje, mas também, das gerações futuras.

Deste modo, pode-se concluir que a intersectorialização das atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável é fundamental para que este possa ser alcançado realmente. E, a partir do resultado das entrevistas, notar que é necessário estabelecer um diálogo constante entre os setores para que possa existir um trabalho conjunto, e não uma concorrência entre eles.

Acima de tudo, o que se pode concluir é que existe carência explícita desta Intersetorialidade, o que impede que o desenvolvimento sustentável passe do discurso à realidade.

Além da necessidade de diálogo e complementação de ações entre os setores (primeiro, segundo, terceiro setor), é preciso que ocorra entre os níveis federal, estadual e municipal do setor público, para que se desenvolvam políticas unificadas, com ações construídas e implementadas de forma sistêmica e articulada.

Sendo assim, a soma de esforços de cada município em favor do desenvolvimento sustentável, servirá de apoio aos projetos estaduais e federais neste sentido.

Portanto, as políticas públicas municipais de desenvolvimento sustentável correspondem à face local da gestão compartilhada do poder público, e devem ser construídas e implementadas, de forma holística e articulada com os outros setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Coleção espaços do desenvolvimento. Rio de Janeiro, P&A Editora / CREA-RJ, 2001.

Agenda 21 Brasileira – Cidades Sustentáveis. Ministério do Meio Ambiente, Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Disponível em: <http://www.soeaa.org.br/61_soeaa/textos_referenciais/texto_referencial_13.pdf>. Acesso em 07/08/2010

Agenda 21 Brasileira. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/meioambiente/agenda_21_brasileira.pdf>. Acesso em 18.mar.2010.

ANGERAMI, Alberto; PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Direito Administrativo Sistematizado**. 2ª edição. São Paulo: Editora Método, 2008.

ARAÚJO, Gisele Ferreira de; MACEDO, Célia Regina. **Manual Empresarial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Editora Plêiade, 2006.

Assis Verde Azul. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Assis. Disponível em: <<http://assissustentavel.blogspot.com/>>. Acesso em 18.mai.2010.

BARBOSA, Gustavo da Silva. **Capitão Planeta**. Revista REP – Educação e Terceiro Setor, Rio de Janeiro, ano 22, nº 260, abril, 2009. p. 12-15.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BATISTA, Ieda Hortêncio; ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho de. **Desenvolvimento Sustentável: Novos Rumos para a Humanidade**. Revista Eletrônica Aboré Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo, Edição nº 03/2007, ISSN 1980-6930. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/leda%20Hortencio%20Batista.pdf>. Acesso em 02.ago.2010.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima e FERNANDES, Marlene Allan. **Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília, 2000.

BLEGER, J. **Temas em psicologia: a entrevista e grupo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOLUND, Per; Hunhammar, Sven. **Ecosystem services in urban areas**. 1999. Elsevier, *Ecological Economics* 29 (1999). Disponível em: <<http://www.urban.uiuc.edu/courses/up205/Sp05/AD4group4.pdf>>. Acesso em 08.abr.2010.

BRANCO, Samuel Murgel. **O Meio Ambiente em Debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1988.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Our common future** ("The Brundtland report"). United Nations, World Commission on Environment and Development, 1987.

CANELAS, André. **A Evolução do Conceito de Desenvolvimento Sustentável e Suas Interações com as Políticas Econômica, Energética e Ambiental**. Disponível em: <http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0111_05.pdf>. Acesso em 21.abr.2010.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

Cidade Sustentável. Disponível em: <http://gabeira.locaweb.com.br/cidade-sustentavel/biblioteca/apres.bibl.asp?id=14>>. Acesso em 14.ago.2010

Cidades Sustentáveis. Publicado na Folha de São Paulo em 29/03/2010. Disponível em: <http://www.minhamarina.org.br/blog/2010/03/cidades-sustentaveis>>. Acesso em 11.abr.2010.

Cidades Sustentáveis – Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Consórcio Parceria 21. 2000. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/publique/media/cidades.pdf>>. Acesso em 24.mar.2010.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/index.shtml>. Acesso em 06.jul.2010.

CREMONESE, Dejalma. **Conceitos Gerais sobre o Estado.** Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/conceitos-gerais-estado/conceitosgera-is-estado.shtml>>. Acesso em 01.jul.2010.

DIAFRÉGIA, Adriana. Acesso e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.box.net/shared/8p430436og>>. Acesso em 28.jun.2010.

ELKINGTON, John. **Canibais com Garfo e Faca.** Trad. Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron Books, 2001.

Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - História da Questão Ambiental. Disponível em: <http://www5.fgv.br/fgvonline/cursosgratuitos.aspx>> Acesso em 06.jul.2010.

GUARESCHI, Comunello, Nardini & Hoenisch, **Problematizando as Práticas Psicológicas no Modo de entender a Violência**. 2004. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/interlegere/inter-legere3/pdf/pesquisas3.pdf. Acesso em: 08.abr.2010.

LAMOUNIER, Bolívar. **Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, nº 49, 2000, pp.79-94.

Legislação Ambiental. Disponível em: <http://jus-operandi.blogspot.com/2008/04/artigos-apostilas-e-resumos-de-direito.html>. Acesso em 28.jun.2010.

LEMOS, Haroldo Mattos. **A Agenda 21 no Brasil**. Disponível em: <http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/agenda21.html>. Acesso em 14.ago.2010.

MALHEIROS, Tadeu Fabrício; PHILIPPI Jr., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. **Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/02.pdf>. Acesso em 18.mar.2010.

MELO, Adriana Bezerra de. **O Terceiro Setor**. Disponível em: [http://www.ggalindo.adm.br/adm_upload/imagens/apresentacao_fafire1.ppt#302,1,O_TERCEIRO SETOR](http://www.ggalindo.adm.br/adm_upload/imagens/apresentacao_fafire1.ppt#302,1,O_TERCEIRO_SETOR). Acesso em 14.jul.2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Organização do Estado Brasileiro. Disponível em: http://resumos.netsaber.com.br/ver_resumo_c_1963.html. Acesso em 01.jul.2010.

PALÁCIOS, Marcos Pili. Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. 2009. Disponível em: <http://www.rumosustentavel.com.br/politicas-publicas-e-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 23.mar.2010.

Paulo Affonso Leme Machado: O criador do Direito Ambiental. Revista Unesp Ciência, São Paulo, Editora Unesp, ano 1, nº 9, junho, 2010. p. 6-11.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania.** 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

Plataforma Cidades Sustentáveis. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/plataformacidades>. Acesso em: 23.abr.2010.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha (Org.). **Panorama da Degradação do Ar, da Água Doce e da Terra no Brasil.** São Paulo: IEA/USP; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1997.

Relatório-Síntese da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM). Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>. Acesso em: 16.mai.2010.

RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Patrimônio Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. – (Uspiana: Brasil 500 anos).

Segundo Setor – As Empresas. Disponível em: <http://www.agenda21comperj.com.br/development-sustentavel/segundo-setor>. Acesso em 14.jul.2010.

SILVA, André Tiago Cândido da. **Sociedade**. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/sociologia/sociedade>>. Acesso em 01.jan.2010.

SILVA, Jean Carlos. **Terceiro Setor: As Organizações Não Governamentais (ONGs) e seus Desafios para a Intervenção Social**. 35 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, Assis, 2005.

SKWARA, Bete Alina. Descobrindo o Segundo Setor e Meio. Disponível em: http://www.ideiasocioambiental.com.br/revista_conteudo.php?codConteudoRevista=100>. Acesso em 03.ago.2010.

TAYRA, Flávio. **O Conceito do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.portalgeobrasil.org/geo/mat/meio/desensust.pdf>>. Acesso em 02.jul.2010.

VALLE, Dr. Garris Del. **Políticas Públicas Conceitos Básicos**. Disponível em: <http://delvallecidadania.blogspot.com>>. Acesso em 08.jun.2010.

WILSON, Edward O. (Org.). **Biodiversidade**. Tradução de Marcos Santos, Ricardo Silveira. 2ª edição. Rio de Janeiro - Editora Nova Fronteira, 1997.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e Responsabilidade Social: NBR 16.001/SA 8.000: Implantação e Prática**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome do Entrevistado:

Identificação:

Cargo/Função:

Instituição que representa:

Setor:

Data:

Questões:

1. O que você entende por Desenvolvimento Sustentável?
2. Qual sua experiência de trabalho e atuação nesta área?
3. Qual a importância do setor que representa (Poder Público, 3º setor, setor privado) para o Desenvolvimento Sustentável?
4. Você acredita que a articulação dos três setores da sociedade seja um fator importante para alcançar o Desenvolvimento Sustentável? Por quê? (Intersectorialidade)
5. Quais as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, que você conhece, existentes no município?
6. Em sua opinião, estas políticas funcionam de forma adequada? O que poderia ser feito para melhorar?
7. Quais os principais incentivos governamentais direcionados à gestão de políticas públicas municipais para o desenvolvimento sustentável?

8. O Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade, estes termos são relativamente novos em nossa sociedade, de acordo com isso, como você analisa os avanços nesta área?

9. Para finalizar, gostaria de saber sua visão de futuro. Em sua opinião, o que ainda é preciso ser feito para que as cidades realmente atinjam o Desenvolvimento Sustentável?

ANEXOS

ANEXO I
ENTREVISTA I

Nome do Entrevistado: Oscar Gozzi

Identificação: PS1

Cargo/Função: ex-prefeito de Tarumã/SP

Instituição que representa: Prefeitura Municipal

Setor: Primeiro Setor

Data: 18/10/2010

Questões:

1. O que você entende por Desenvolvimento Sustentável?

R.: Podemos dizer de forma simples e objetiva que desenvolvimento sustentável é aquele em que a sociedade consome recursos naturais num ritmo menor ou no máximo igual à capacidade que tem a natureza de recuperá-los. É aquele que equilibra o progresso com a qualidade de vida, que coloca as pessoas e o meio ambiente como mais importante do que o acúmulo da riqueza.

2. Qual sua experiência de trabalho e atuação nesta área?

R.: Minha experiência nesta área se deu no exercício do mandato de Prefeito Municipal, Presidente de Consórcio de Municípios, Presidente de Comitê de bacia Hidrográfica.

Durante o exercício destas atribuições foi possível conhecer o assunto, ter contato com os principais problemas, propor ações, estabelecer metas e estimular pessoas a se envolverem com a causa da sustentabilidade.

3. Qual a importância do setor que representa (Poder Público, 3º setor, setor privado) para o Desenvolvimento Sustentável?

R.: O setor público, pelo qual falo neste momento, tem um papel extremamente importante para o desenvolvimento sustentável, como proponente de políticas públicas, como priorizador de recursos, na fixação de metas e principalmente pela definição de uma visão de futuro para a sustentabilidade.

4. Você acredita que a articulação dos três setores da sociedade seja um fator importante para alcançar o Desenvolvimento Sustentável? Por quê? (Intersetorialidade)

R.: Não há como se falar em desenvolvimento sem que haja uma grande integração e uma boa articulação entre os três setores da sociedade.

O primeiro setor pelo papel de propor políticas públicas, criar programas educacionais e formação da sociedade, priorizar recursos, estabelecer metas e provocar outros agentes a se inserirem na busca da sustentabilidade.

O segundo setor é importante, pois é ele que precisa equilibrar a voracidade do acúmulo de riquezas e o lucro a qualquer custo com a capacidade que tem a natureza de regenerar os recursos dela utilizados nas atividades econômicas. Atualmente está se utilizando aproximadamente 25% mais recursos naturais do que a capacidade do planeta em regenerá-los. Estamos consumindo recursos naturais num ritmo muito mais rápido do que eles se recuperam e nesta velocidade em 2050 precisaremos ter duas terras para satisfazer as necessidades da população mundial.

O terceiro setor é também extremamente importante, pois através dele se dá a capilarização de informações, conceitos, atitudes e conscientização da sociedade como um todo.

A grande transformação que precisa ocorrer é no nível da consciência humana e o terceiro setor tem muito a contribuir com isto.

5. Quais as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, que você conhece, existentes no município?

R.: É possível citar algumas que estão diretamente ligadas e outras que são estruturantes para buscar a sustentabilidade.

Como diretamente ligadas:

- Política Pública para resíduos sólidos com implantação há mais de uma década e meia de uma usina de reciclagem de resíduos sólidos urbanos e compostagem por processo aeróbico e implantação gradativa de coleta seletiva;
- A preservação de fragmentos de mata natural na área urbana do município;
- A criação de um programa denominado Carbono Zero que contempla a realização de um inventário anual de geração de CO² que o poder público municipal dá causa e neutralizá-lo através de plantio de árvores anualmente durante os próximos trinta anos. Fixação de metas de redução do consumo de energia elétrica, uso de papel, adoção do papel reciclado, diminuição do uso de copos descartáveis, migração de veículos movidos por derivados de petróleo para movidos a etanol, adoção de energia solar em substituição a energia elétrica (programa iniciado em 2008);
- Implantação de sistema de aproveitamento de podas de árvores e outras vegetações como adubação orgânica;
- Tratamento de 100% do esgoto coletado, tendo coleta de 98% do esgoto produzido;
- Programa de recuperação de estradas vicinais, como estratégia de proteção de nascentes e rios contra o assoreamento;
- Introdução do assunto meio ambiente e sustentabilidade como atividade transversal no currículo educacional nas escolas municipais;

Como Políticas estruturantes podemos citar como mais importantes:

- Implantação de um amplo programa de incentivo a continuidade de estudos com formação na graduação e pós-graduação, de tal forma que seja ampliado o volume

de conhecimento, a massa crítica e a consciência na sociedade dos desafios em relação ao futuro da humanidade;

- Criação e implantação de conselhos municipais, fortalecendo a participação popular e democrática nas definições de prioridades para o município, com especial destaque para o Conselho Municipal do Meio Ambiente que inclusive é deliberativo e não somente consultivo;

Elaboração e implantação de um Plano Municipal de Saneamento e de um Plano de Macro drenagem urbano e rural.

6. Em sua opinião, estas políticas funcionam de forma adequada? O que poderia ser feito para melhorar?

R.: Sim, são políticas com ótimos resultados práticos e que tem permitido ao município grandes avanços na direção da sustentabilidade.

A melhoria contínua que deve haver é sempre se estabelecer metas para melhorar, pois tudo é muito dinâmico e a sociedade está em permanente transformação exigindo ações rápidas.

Outra melhoria que também é um desafio permanente é ampliar a consciência na sociedade do comprometimento que cada cidadão deve ter com a sustentabilidade.

7. Quais os principais incentivos governamentais direcionados à gestão de políticas públicas municipais para o desenvolvimento sustentável?

R.: Recursos financeiros através de convênios para obras de infra-estrutura e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive dos resíduos da construção civil.

Recursos para pagamento por serviços ambientais, iniciado no Estado de São Paulo neste ano de 2010, recursos para implantação de aquecedores solares em todas as casas populares construídas em parceria Estado e Municípios, criação de legislação específica para o assunto a exemplo da lei de mudanças climáticas editada pelo

Estado de São Paulo e a criação de Programas como o Município Verde e Azul e o Pacto das Águas – São Paulo, a destinação de recursos através do Fundo Estadual de recursos Hídricos que são priorizados democraticamente pelos Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo.

8. O Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade, estes termos são relativamente novos em nossa sociedade, de acordo com isso, como você analisa os avanços nesta área?

R.: Com certeza houve muitos avanços. O segundo setor tem adotado em suas organizações políticas de sustentabilidade como diferencial de competitividade no mercado, a população tem priorizado produtos, equipamento e serviços que demonstram preocupação e efetivamente estão de acordo com os desafios da sustentabilidade, o grande avanço na formação a nível técnico, da graduação e pós-graduação na área ambiental; os governos regionais e nacionais têm assumidos compromissos mundiais com a sustentabilidade, a exemplo do protocolo de Kyoto e mais recentemente o de Copenhagem, etc...

9. Para finalizar, gostaria de saber sua visão de futuro. Em sua opinião, o que ainda é preciso ser feito para que as cidades realmente atinjam o Desenvolvimento Sustentável?

R.: Para que isto ocorra é prioritário enfrentar os problemas de infra-estrutura e melhoria da qualidade de vida da população.

É preciso planejamento em relação a uso e ocupação do solo;

É preciso adoção de políticas públicas estruturantes e edições de marcos regulatórios para preservação do equilíbrio na exploração dos recursos naturais e possibilidade de sua recuperação pela natureza;

É preciso maior prioridade do tema na área educacional;

É preciso que nos municípios as administrações municipais assumam a vanguarda de educar pelo exemplo;

É preciso que se adotem muito mais a prevenção como política do que a remediação depois do dano causado.

ANEXO II

ENTREVISTA II

Nome do Entrevistado: Nilza Ferreira da Silva

Identificação: PS2

Cargo/Função: Secretária Municipal de Meio Ambiente

Instituição que representa: Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Assis

Setor: Primeiro Setor

Data: 27/10/2010

Questões:

1. O que você entende por Desenvolvimento Sustentável?

R.: Com certeza, você não quer a definição clássica sistêmica, que foi publicada no relatório de Brundtland, nem tão pouco a revisão do processo histórico que se iniciou em 1992 no Rio de Janeiro e que tornou o nosso País num centro do movimento ambientalista mundial.

Para mim, desenvolvimento sustentado é o resgate social e econômico das populações sem a destruição definitiva dos recursos naturais. Assumo esta posição, vendo e tendo a “pessoa” como maior fonte de inspiração, como centro. Mas que pessoa?

A pessoa portadora de uma educação sólida, segura dos princípios éticos da vida, porque são estes princípios éticos e morais que balizam pelo equilíbrio no uso dos recursos naturais, pela reposição de recursos usados, pela inovação no que diz respeito a desperdícios ou a subprodutos de usos cotidianos.

Essa é a minha visão de sustentabilidade: educação, capacitação, reciclagem, inclusão sócio-ambiental e, principalmente, acreditando que é possível o trinômio: proteção, preservação e produção.

2. Qual sua experiência de trabalho e atuação nesta área?

R.: Comecei a minha vida profissional pela área da Educação Especial, na APAE de Assis, convivendo no dia a dia com as exclusões. Logo aprendi que o foco teria de ser a educação, a integração social; a inclusão pela educação, pelo trabalho, pelas coisas simples do cotidiano e, principalmente, pela autonomia das pessoas. Depois, e ainda na área da Educação, enquanto diretora de uma das maiores instituições de ensino – o Instituto Americano de Lins, descobri que o arrojo pedagógico era a melhor alavanca dos princípios morais e éticos que a instituição promove, onde a educação só acontece quando o aluno é convidado a ser um agente de transformação, a partir de ser um aluno pensante e atuante. Mais tarde, no mundo do Poder Público e, enquanto Secretária de Assistência Social, quer no plano Municipal quer no plano Estadual, pude verificar que nada se poderia alicerçar com caráter de futuro permanente se a educação não estivesse na base real da nossa ação. Agora, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, enquanto responsável máxima pela gestão do Plano Municipal de recursos naturais, tenho a plena visão da síntese do meu passado, sempre à serviço das pessoas e da humanidade: educar para incluir, educar para preservar, educar para acrescentar valor. Isto foi sempre o que persegui.

Em suma, só há um caminho para a sustentabilidade: a educação!

3. Qual a importância do setor que representa (Poder Público, 3º setor, setor privado) para o Desenvolvimento Sustentável?

R.: É nuclear! Temos que ser o exemplo, o motor e a dinâmica da execução das políticas públicas de meio ambiente; da sustentabilidade!

4. Você acredita que a articulação dos três setores da sociedade seja um fator importante para alcançar o Desenvolvimento Sustentável? Por quê? (Intersectorialidade)

R.: Se eu lhe for falar disso, você terá de reescrever o manual de Planos Ambientais. Repetiria aqui a Agenda 21 local, no entanto, digo-lhe que o município tem uma ampla malha legislativa que vai desde a reciclagem à preservação cultural e histórica de árvores e paisagens naturais, da fauna e da flora, APPs, matas ciliares e nascentes, principalmente a Bacia do Cervo, que é o nosso manancial de abastecimento público. Tudo isto é a nossa agenda de intervenção, que são políticas públicas que, no caso do município de Assis, conta com a participação popular através do COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente, e com estruturas como o Sistema Municipal de Meio Ambiente, uma rede de entidades públicas e privadas que contribuem para uma cidade mais equilibrada, mais verde, mais educada, mais justa e mais democrática. Como você diz: mais sustentável.

5. Quais as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, que você conhece, existentes no município?

R.: A aplicação e o desenvolvimento setorial das medidas e das coerções impostas pelas políticas públicas funcionam como um organismo vivo; todos os dias devem ser revistos pelo gestor público e adequados, flexibilizados ou ampliados na sua ação.

A sua pergunta reduz o caráter dinâmico e inovador que toda a política pública deve possuir: A política pública não serve para condicionar o ser humano, antes sim, para impulsionar as suas capacidades, as suas habilidades, a sua humanidade, isso é a verdadeira razão delas existirem.

6. Em sua opinião, estas políticas funcionam de forma adequada? O que poderia ser feito para melhorar?

R.: Não temos uma política keynesiana de ação sobre as políticas públicas, mas sim, atuamos sob uma dinâmica de mercado com os conceitos das parcerias voluntárias e público-privadas. Isso faz com que a mobilização seja o motor de

qualquer ação, e a mobilização só é possível com dinâmicas de comunicação e informação cuidadas, adequadas e atualizadas.

7. Quais os principais incentivos governamentais direcionados à gestão de políticas públicas municipais para o desenvolvimento sustentável?

R.: Só exercemos um incentivo: as pessoas podem ser melhores e vão ser melhores, para tal, a senha está na base educacional.

Como haverá sustentabilidade sem gente para debatê-la, participar, exercitar, promover, transformar...

8. O Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade, estes termos são relativamente novos em nossa sociedade, de acordo com isso, como você analisa os avanços nesta área?

R.: Com otimismo, com credibilidade, mas, sobretudo, com muita fé.

Veja a Coocassis - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis, quer maior exemplo de sustentabilidade? A sua prática como um todo! Eu só poderia chamar de a maior proposta de “PEDAGOGIA DA CIDADANIA”, porque prevê neste currículo da vida a inclusão sócio-ambiental, a redução do uso dos recursos naturais, a aplicação dos 3 Rs, a evolução do conceito de consumo consciente e de cooperativismo.

Todos estes avanços decorrem das necessidades da esperança e da certeza de sermos capazes de mudar! De querermos mudar! Isso aconteceu aqui em Assis, a inclusão, a independência econômica, a credibilidade social, tudo decorrente de atividade inovadora e muito necessária. Podemos fazer melhor; faremos melhor; somos e seremos capazes disso; isto é, poderemos criar tecnologias sociais sustentáveis a partir de atitudes sustentáveis.

9. Para finalizar, gostaria de saber sua visão de futuro. Em sua opinião, o que ainda é preciso ser feito para que as cidades realmente atinjam o Desenvolvimento Sustentável?

R.: A minha visão de futuro? Verde Azul!

Quero dizer: uma agenda verde amplamente participada e preservada, e uma agenda azul amplamente debatida e conservada. Por um povo educado, esclarecido, equilibrado, sustentado.

ANEXO III
ENTREVISTA III

Nome do Entrevistado: Dorival Finotti

Identificação: SS1

Cargo/Função: Empresário / Agricultor / Agrônomo

Instituição que representa: Moinho Nacional

Setor: Segundo Setor

Data: 09/10/2010

Questões:

1. O que você entende por Desenvolvimento Sustentável?

R.: Eu tenho três pressupostos básicos. Três. Primeiro eu acho que, contrariando um pouco do que é o discurso da atualidade, eu acho que ainda, desenvolvimento sustentável tem que ser economicamente viável. Nenhuma empresa se sustenta fazendo tudo que é correto social e ambientalmente se ela não tiver sustentabilidade econômica e financeira. Ela precisa ser economicamente viável. Então, o que é desenvolvimento sustentável? É ter uma estrutura operacional capaz de chegar ao final de um determinado ciclo e essa empresa demonstrar ser economicamente viável. Sobre o primeiro item de desenvolvimento sustentável para mim. Não adianta você ter outras coisas.

Porém, as empresas precisam de duas outras coisas. Elas precisam, na minha ótica (que eu sempre olho), eu preciso da estrutura da sociedade, das pessoas, dos elementos humanos e, com isso, eu preciso investir nesses elementos humanos, que eles fazem parte dessa sustentabilidade na minha empresa. Do desenvolvimento sustentável, na minha ótica, esse segundo item que é você fazer um projeto de desenvolvimento em que eu consiga trabalhar com pessoas, direta e indiretamente, e que essas pessoas tenham alguma realização executando essas operações e essas relações com a empresa. Se isso não acontecer, a sustentabilidade fica comprometida. Porque você pode ficar rico, uma empresa

muito rica, com gente muito pobre, o que não é confortável e nem conveniente. Então, hoje não se imagina mais isso. Isso é um pensamento do tempo da escravidão. Agora a relação do homem é outra e o empresário tem que pensar dessa forma.

Um terceiro item “tá” muito em voga hoje, eu deixei pro fim porque, na minha ótica, é assim que funciona, nessa ordem que funciona. Você tem que ter responsabilidade com o meio em que você vive, se costuma chamar de ambiente, enfim, eu não posso destruir a fonte de matéria-prima e de todos os quesitos naturais que todas as empresas precisam, quer essa empresa atue no setor de matéria-prima animada, de origem animada, ou inanimada, ou como eu chamo isso, você tem dois grandes reinos, o animal e vegetal e o mineral. Conseqüentemente, as coisas minerais, de um modo geral, são inanimadas, mas uma empresa que trabalha com isso precisa também tomar cuidado para não extrair toda, na extração da matéria-prima dela, não destruir a fonte no processamento, não comprometer o ambiente, porque as outras duas coisas começam a ficar comprometidas, ou seja, quando eu comprometo o ambiente, eu comprometo duas outras coisas que eu dizia antes, eu comprometo a minha qualidade de vida, que foi o segundo item que eu abordei, e eu comprometo o meu primeiro item, que é o meu lucro, porque se eu comprometo tudo que “tá” em torno de mim, o meu lucro começa a ficar [...] O lucro a qualquer custo também não pode ser obtido. Ele tem que ter regra, mas é primeiro item. Se não houver lucro, não há empresa, não existe empresa que trabalha 50 anos dando prejuízo. Isso não existe, então você tem que ter esses três conceitos para não criar um monte de subconceitos. Eu sempre penso assim. Pra mim, isso é o núcleo pensante que a gente trabalha.

2. Qual sua experiência de trabalho e atuação nesta área?

R.: Bom, a área de gerar lucro, fazer um negócio lucrativo, é todo dia. Como diz um jargão aí, “né”, eu digo assim, o pessoal tem um ditado que é “prender um leão”, aqui na nossa, respeitando o meio ambiente, a gente sai caçar uma onça sem feri-la, de manhã, e alimenta essa onça adequadamente para, à tarde, ordenhá-la. O que

não é uma tarefa simples, “né”, depois disso, se você conseguir um pouquinho de leite, você faz um queijinho e vende. Essa é uma tarefa do dia a dia da área econômica, desse primeiro item que eu disse, que é o item da economia. Você precisa gerar lucro, mas todos os dias você depara com um batalhão de coisas para serem equacionadas, e você gerar lucro. Com o segundo, a minha experiência com o segundo item da sustentabilidade da empresa, é o seguinte (eu to “linkando” com a primeira resposta, você está percebendo), porque eu acho que, eu lido com gente, e as pessoas, “eh” culturalmente no Brasil, eu to me referindo ao Brasil, eu não posso falar sobre outras culturas porque a gente não tem empresas fora do Brasil, então, eu vejo que o Brasil é um país (e aí eu falei que vou falar de coração aberto, “né”), infelizmente nossa cultura ainda é de culto ao ócio, em grande parte da população. Nós temos ainda uma legislação e, nós temos um relacionamento de trabalho onde as pessoas se vêem meio que exploradas, escravizadas por trabalhar. E eu tenho uma dificuldade muito grande de lidar com isso porque eu sempre tive muita vontade de trabalhar, eu gosto de trabalhar e eu digo que o dia que eu não trabalho pra mim, eu trabalho pra qualquer outro sujeito, nem que seja de graça, porque é algo que me dá felicidade. Não um trabalho exaustivo e escravizante, mas um trabalho normal, ele me dá felicidade e, eu então, não vejo na sociedade brasileira, essa visão, e eu acho que é cultural. Nós vivemos com problemas, o que, nessa relação, eu acho que a minha experiência, (você perguntou da experiência), a minha experiência, eu não sou um sujeito frustrado porque eu nunca desisti, mas eu tenho aborrecimento porque eu acho q nós vivemos com uma legislação trabalhista, feita na época do Getulio Vargas, numa ditadura, que não obedece ao princípio do mérito. Então, eu acho que isso eu gostaria de enfatizar. Obedecer ao princípio do mérito, pra mim é algo fundamental “eh”, dentro do meu contexto, eu gosto que pessoas que merecem mais tenham mais. Porque fizeram de forma produtiva e proativa e serena, de bom comportamento e, na legislação trabalhista brasileira isso não acontece, porque quando eu recebo aqui uma determinação sindical de um dissídio coletivo trabalhista, eu sou obrigado a dar, se aquele dissídio manda dar dez por cento eu vou dar dez por cento, e às vezes tem gente que não merece ganhar cinco, e outros mereceriam vinte, então eu gostaria de ter, “eh”, obedecer mais o princípio do mérito. Não sei se isso é justiça, mas um princípio meritocrático. Ok?

Isso é importante. E como eu tenho a minha experiência em relação ao setor, ao último segmento aí, que nós comentamos no primeiro item, “eh”, com relação a essa questão do respeito ambiental, e da sustentabilidade do meio, eu num, eu num vejo aqui muito problema, mas eu não vejo também ninguém fazendo um mínimo esforço pra melhorar essa convivência, pra que a gente, como empresário, pudesse dar uma contribuição ambiental maior, sem que a gente fosse visto como grande destruidor. Nós não somos. O empresário, exceto alguns casos, o empresário quer preservar o ambiente, o empresário consciente quer isso. No meu caso, eu gostaria de dar uma contribuição, mas eu vejo que a legislação, ela é muito punitiva e pouco educativa no sentido de esclarecer os fatos para que as pessoas não errem, não cometam coisas que pode se evitar. Então, eu acho que a legislação deixa muito a desejar e ela “tá” muito mais hoje, na ganância muito mais de punir alguém; e depois, quem está falando em punir se defende, pousa como grande defensor “eh” do ambiente, dessa coisa toda e eu acho que isso tudo é muito ruim.

3. Qual a importância do setor que representa (Poder Público, 3º setor, setor privado) para o Desenvolvimento Sustentável?

R.: Eu acho, não chego ao exagero de querer privatizar o exército, “né”, mas eu acho que as coisas privadas, as coisas da iniciativa privada, são mais eficientes. Existem algumas coisas que eu acho que devem ser de domínio público, então, eu penso assim, mas eu acho que o setor privado, o setor da iniciativa privada, empresarial, acho que cada vez mais ele terá de responder por esse, vamos dizer, entrelaçamento dos interesses da sociedade como um todo. E nós vamos ter que entender que as empresas terão que fazer o papel dela, mas que o Estado tem que cumprir o seu papel naquilo que lhe compete. E o Estado hoje tem um papel muito mais intromissor na iniciativa privada e, retirando dinheiro da iniciativa privada, o Estado hoje faz dinheiro, por incrível que pareça, porque ele é dono da riqueza, do patrimônio do país, da riqueza natural do país. O Estado é dono e, conseqüentemente, concede direito de exploração de água, de esgoto, de gás natural, de petróleo, de minério, enfim é ele que domina e cobra impostos e distribui

esse dinheiro dos impostos e, conseqüentemente, o Estado não está cumprindo a parte dele, mas a iniciativa privada tem uma contribuição muito maior a dar do que está dando hoje. E eu acho que se eu pegar um exemplo clássico aqui de Assis, você tem há quanto tempo, suponho que uns vinte anos que se criou um Distrito Industrial aqui, e nem o poder público municipal, estadual ou federal investiu em saneamento de esgoto aqui. No Distrito Industrial de Assis não tem esgoto tratado. E eu acho que você construir um Distrito Industrial, onde as pessoas vão trabalhar, produzir, gerar riqueza, sem ter minimamente isso. Eu concordo que precisa de esgoto na casa das pessoas, mas acho que são as empresas que geram emprego pras pessoas. É uma visão que eu tenho disso.

4. Você acredita que a articulação dos três setores da sociedade seja um fator importante para alcançar o Desenvolvimento Sustentável? Por quê? (Intersetorialidade)

R.: A convivência entre raças, entre credos, entre setores políticos, econômicos, sociais, eu acho que faz parte da tendência da evolução humana. Então, eu acredito que é importante que se tenha isso. O grande problema é que (pegando uma dica na outra resposta), se vocês observarem, e um administrador de empresa vai perceber isso com clareza, “né”, (eu, apesar de não ser administrador de empresas, por formação, eu sou engenheiro agrônomo, de formação), então a minha idéia é muito mais cartesiana, provavelmente, que a de um administrador de empresas, porém eu enxergo que esse entrelaçamento, essa contribuição entre esses segmentos é fundamental para o desenvolvimento empresarial. Mas acontece que um dos segmentos, citado aí por você, ele tenta tirar dos outros, e hoje, é muito comum, se vocês se tornarem administradores de empresas operacionais e diplomados e operantes, vocês vão ver como que existe dos outros setores da sociedade, uma saga para tirar dinheiro e atribuir responsabilidades ao setor produtivo, ao setor empresarial produtivo.

Então, o setor empresarial produtivo, hoje, ele “tá” sufocado de tanta responsabilidade que tão tentando atribuir a ele. Isso, eu acho que do ponto de vista

de administrar negócios, é um agente complicador. O sujeito chega e diz: vim pegar minha mesada e você tem que fazer isso, e isso, e isso, tem que me fazer assim e assim e eu quero tanto. Cumpra sua parte e eu ainda quero que você faça assim: se você poluir, se você fizer isso, se você fizer aquilo, e o sujeito num quer saber que você não pode [...] e aí acaba que ele não tem medida educativa, contributiva, ele tem medida punitiva. E, inclusive o quarto poder no Brasil, age dessa forma, que é a mídia; então, é por aí.

5. Quais as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, que você conhece, existentes no município?

R.: Quem oferece sempre acha que “tá” fazendo, quem está esperando pra receber sempre acha que não está recebendo (não é?). Se você, sempre que você faz uma pesquisa, tem um nível de insatisfação. Como eu sempre vejo, falo por aí, que “duas vezes você querer mudar um sujeito extremamente feliz de comportamento, se ele já “tá” tão feliz “né” porque que ele vai mudar”, mas, eu acho que as políticas públicas que são oferecidas, elas são muito tímidas.

Se existem? Existem algumas políticas públicas no município. Elas são muito mais [...], existe uma política pública de ofertar espaço no Distrito Industrial para que empresários se instalem, é uma política pública (se isso podemos entender que é uma política pública), mas ela vem manca porque ela oferece o espaço e não oferece a condição básica para uma empresa funcionar. Primeiro, esgoto e asfalto, iluminação pública de boa qualidade, e hoje, um item a mais, segurança pública.

Então, porque, culturalmente, eu volto lá atrás, naquela primeira conversa nossa, culturalmente você tem assim, qualquer poder público que faça uma política pública de desenvolvimento sustentável para a empresa, esse político, ele pode ser mal visto porque as pessoas, o povão e os maus políticos, e aí entra uma parte desse quarto poder, da mídia, que só faz crítica, que não faz contribuição construtiva, tem os de boa contribuição, mas também tem os que não contribuem, entram pra criticar o poder publico que “tá” fazendo uma concessão para esses empresários, alegando que empresa não tem que ser ajudada, que o empresário já é um sujeito rico, que

tem capital e que precisa ajudar pobre e, às vezes, ajudar um pobre é muito mais eficiente você fazer uma política para que uma empresa vá bem e contrate muitas pessoas e dê trabalho a ela, do que você fazer uma gestão de dar uma cesta básica pro sujeito e ele não achar emprego. Primeiro que aí entra uma frase de um poeta nordestino, que me permita lá o autor da frase, cometer alguns erros, que já faz muito tempo que eu ouvi isso e eu num sei se vou repetir corretamente, mas “doutor, uma esmola para um cara que é são, se não mata de vergonha, vicia o cidadão”. Pra mim, isso é o resumo de quem se cansou ao longo de décadas ou de séculos de receber esmola. Pra um sujeito que tem dignidade a pior desgraça que existe é alguém dar uma esmolinha a ele. Aí ele acaba de morrer, ou ele fica safado de vez.

Então, eu acho que a política pública que existe ainda é tímida, ela padece de medo de ser criticada por esses maus políticos e por maus “eh” segmentos da imprensa. E eu acho que ainda falta muita política pública, existe alguma coisa, mas nós temos muita carência de boas políticas públicas que compreendam a visão e a ânsia de um bom administrador de uma empresa (até para oferecer condições para que essa empresa possa oferecer melhores condições). Exatamente porque ela certamente oferecerá. A empresa, o empresário, ele não está [...], eu digo sempre que é uma política assim, o meu vizinho ou o meu funcionário próspero, bem de vida, é a melhor coisa que existe pra mim, porque ele não me dá problema, ele cuida bem da saúde da família, dos filhos, vive bem, “tá” feliz, não lhe falta nada, e vem trabalhar de bom humor e feliz. É muito mais produtivo.

6. Em sua opinião, estas políticas funcionam de forma adequada? O que poderia ser feito para melhorar?

R.: Antes de qualquer política pública, fazer uma grande campanha. Não é campanha assim, de acabar amanhã, mas uma campanha dentro das escolas, que contamine cem por cento da população das crianças, porque contaminar a criança é um processo mais racional, mais produtivo, com boas coisas, você vai investir, é o melhor investimento. Não esse discurso fácil, aí, “vamos investir em educação”, não é bem assim. O que precisa é trabalhar a cidadania, “né”, e eu acho que a primeira

coisa boa que seria, é fazer voltar a ensinar a “Educação Moral e Cívica” nas escolas, do primário até a universidade, num to aqui espelhando meu lado conservador, mas um cidadão de boa formação já tem meio caminho andado. Nós não estamos tendo isso.

Então se fazer uma política pública para ajudar o empresariado, acho que o empresariado adoraria ter um cidadão de boa qualidade na mão dele. Pior coisa que tem é ter um sujeito desqualificado dentro da sua empresa. Primeira política pública adequada para o empresariado [...], o administrador de empresas hoje, ele já tem um monte de problemas, que é natural do negócio, agora, ter que tocar mais problemas gerados por pessoas que não têm qualificação como indivíduo, como pessoa humana, sem formação nenhuma, sujeito que não respeita ninguém; ele deve estar ali para acrescentar e não para gerar problema. Então, ele vem ali para alugar sua força física, às vezes, o que é lamentável.

Então, uma política pública que precisaria ser implementada, seria uma grande campanha de refazer a cultura da população brasileira e, aqui, local também, se não fizer isso em nível de Federação ou no estado, o município pode fazer. Colocar isso dentro do nosso contexto da grade e, não colocar pessoas lá dentro, para trabalhar a cabeça dessas crianças e da população de um modo geral através da mídia, de jornais, de palavra escrita e tudo o mais. Pra que nós pudéssemos fazer uma política de repensar essa relação empresa, e que nós [...], o trabalhador tenha orgulho de estar em uma empresa e não da forma como é hoje, tem uma campanha no horário político aí, que foi esses dias, que quem, (como é que é) que “quem (num sei o que lá) não vota em patrão”, uma coisa assim, (como é que é?) você cria uma animosidade estúpida, porque eu acho que tem gente que nasceu para liderar um processo, como [...].

Vamos falar uma coisa que é bem comum no Brasil, que é o futebol, misturar com empresa aqui, com negócio, com administração de empresas, tem gente que nasceu pra ser o técnico do time de futebol, e ele o faz com muita competência, tem gente que vai bem como presidente do clube, mas quando o presidente do clube começa a escalar o time, o time começa a perder. Então, é bom ele não se meter a técnico, deixa o técnico escalar o time. E tem gente que joga futebol, mas é um desastre pra

mandar, então, não é porque ele foi um bom jogador de futebol que ele será um bom técnico de futebol.

Cada um tem sua habilidade, e eu digo: na orquestra tem gente que toca violino, tem gente que toca o piano, tem gente que é o tenor, cada um faz o seu papel, e o maestro é o maestro. Necessariamente, o maestro não é o maior salário, não é o cara mais importante, não é. Nós precisamos entender que pra ter uma orquestra precisa ter gente que faça de tudo. Então, nesse segmento aqui, eu acho que é preciso entender isso. Se existe uma política pública que eu gostaria de ver implementada, é isso, e que a população compreendesse a importância de se criar (é) condições (é) que não tragam desconforto pro empresário, pra empresa. Não vaga, não começa a debater, a só fazer crítica, ajude as empresas, que elas andarão. E não precisa ajudar contribuindo com dinheiro, o empresário, ele assume o risco do lucro e do prejuízo, isso é com ele. Ajude a coisa a funcionar bem, ao relacionamento ser bom.

Essa política pública, eu acho que é [...], e é criar a boa infra-estrutura. A empresa precisa de infra-estrutura, que é do poder público, essa a empresa precisa ter. Então, políticas públicas, nesse segmento, o resto o empresário sabe fazer, ele vai pagar impostos, sustenta o poder público, devolve a riqueza. Aqui na minha empresa a gente tem um princípio básico, eu não compro nada sem nota e não vendo nada sem nota. Acontece que todo dia tem alguém tentando atrapalhar. Então, é complicado.

O que há de processo burocrático hoje, pra tocar uma empresa, é algo descomunal, então, uma política pública boa, seria desburocratizar as coisas, porque, hoje, pra você licenciar um prédio de uma empresa, pra funcionar uma empresa, parece que você vai guardar arsenal nuclear. Se você for cumprir ritualmente, detalhadamente, tudo à risca, você fale a empresa, “tá” nesse nível, então, é complicado. Porque seu concorrente não cumpre e aí você começa a ficar economicamente inviável. Ah! Mas tem gente que cumpre! A minha empresa, eu digo, olha, acho que eu cumpro quase tudo. Eu não ousaria dizer que eu cumpro tudo porque é capaz de você chegar aqui e ter uma coisa que, lá num dado momento, algum funcionário meu deixou de pôr o

capacete “eh” ou, sei lá, passou por baixo de um lugar que era proibido, enfim, sempre tem um detalhe que você não consegue fechar porque é muito detalhe.

7. Quais os principais incentivos governamentais direcionados à gestão de políticas públicas municipais para o desenvolvimento sustentável?

R.: Olha, há uma coisa aí, que se faz nessa área, ainda de uma forma muito tímida, porque o discurso do desenvolvimento sustentável, ele é maravilhosamente grande, muito bom, só que ele é complexo, ele é difícil de ser executado. Não é tão simples você fazer desenvolvimento sustentável, até porque essa sustentabilidade é um pouco filosófica, e como cada um enxerga isso, o que é, na minha ótica hoje, eu fazer um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental, seria eu não queimar, não me utilizar de energia de origem fóssil.

Por que eu falo isso? Porque eu acho que toda energia fossilizada, oriunda de combustíveis fósseis, ela, na verdade, foi retirada do meio ambiente pela natureza, há milhões de anos atrás, e armazenada ali para possibilitar a vida que nós temos hoje, com esse equilíbrio que nós temos hoje. Se eu quero falar em sustentabilidade, eu deveria não estar contrariando o que a natureza fez, então eu teria que estar fazendo queima de energia limpa. Essa é uma coisa que, a gente fala, mas qual a política municipal existente pra isso. Muito pequena.

Qual o destino que nós damos ao nosso lixo hoje? O que é que as indústrias têm hoje, de contribuição do poder público municipal, estadual e federal para, (é) vamos dizer, implantar algum sistema de sustentabilidade ambiental, economicamente compatível com a atividade dele? É muito pouco. Então, eu digo que as políticas públicas que tem aí são umas políticas de estímulo a reflorestar um pouco mais, plantar uma ou outra árvore, enfim, é muito tímido ainda isso.

Você tem um bom discurso, mas você tem uma prática intermediária. Não é que não faz nada, faz, tem uma usina de lixo, tem cidades que não tem isso. Mas é o que eu disse: “o que é que está se fazendo com o esgoto do Distrito Industrial?”. Agora, você tem uma usina de tratamento de esgoto parcial na cidade. Mas o que é que o empresariado tem de política pública para educação da própria população pra não

jogar lixo na rua. Porque vale aquele princípio: se cada um varrer a porta da sua casa, nós teríamos uma cidade maravilhosamente limpa, e nem isso somos capazes de fazer, então, falta muito em termo de política pública, e pras empresas.

Eu tenho, na minha empresa, um princípio de organização, de jardinagem, de proibir as pessoas de fumar dentro do pátio da indústria, sempre foi, antes dessa lei existir. São políticas de sustentabilidade, de não jogarmos agentes poluente no ar. Minha indústria tem um sistema de filtros, pra filtra o ar, nós usamos aqui na indústria, ar. Nossos sistemas são pneumáticos, e o ar é misturado ao produto e depois é separado do produto. E nós trabalhamos com produtos alimentícios. E esse ar que nós tiramos do produto, nós passamos ele por um processo complexo de filtragem, que ele é devolvido para o ambiente tão limpo ou mais limpo do que foi captado. Nós construímos aqui, por conta própria, um sistema de coleta de esgoto. Isso eu acho que são políticas públicas que poderiam ser mais implementadas. Eu acho que existe alguma coisa, mas nós estamos, ainda, com um déficit razoável de políticas públicas de sustentabilidade, principalmente no sistema empresarial.

Aqui na minha empresa, vieram candidatos pedir para fazer campanha e eu disse: olha, aqui nós temos alguns critérios, deixe seu material aqui e eu vou fazer esse trabalho. Sem dizer nada ao meu funcionário, a quem ele deve votar, isso é da liberdade dele, o que eu vou fazer: eu vou dar um papelzinho pra cada um, na mão, e pedir a ele que não jogue fora, na rua. Porque se eu der cinco ele vai jogar, ele vai poluir. Então, se eu deixar muito material aqui, eu vou distribuir e o que sobrar aqui vai para o lixo reciclável, mas eu não vou jogar na rua. Porque o exemplo que os candidatos deram no dia das eleições é um exemplo sofrível, lamentável.

8. O Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade, estes termos são relativamente novos em nossa sociedade, de acordo com isso, como você analisa os avanços nesta área?

R.: Eu acho que houve um avanço razoável do ponto de vista do discurso, tem muita gente fazendo discurso, mas eu acho que não houve avanço com relação à prática. Então, é preciso [...] por isso que eu disse que essa idéia de punir menos e educar

mais é funcional. No mundo empresarial, o administrador de empresas percebe isso logo que ele começa a deparar com os problemas.

Essa sustentabilidade, hoje, todo mundo fala, mas desde que seja o outro que vá fazer. É preciso pegar a onça, desde que seja outro, eu fico aqui vendo ele pegar. Vamos pegar o touro bravo, aí, quem pega? Você. Então, essa questão da sustentabilidade “tá” assim hoje. Então, o que que acontece? Todo mundo faz discurso e [...] Eu tive num evento muito interessante, fui fazer uma palestra sobre transgenia, sobre biotecnologia num simpósio, tinham umas duzentas pessoas lá. Levanta uma moça – quando eu tava no meio da fala – levanta e faz um questionamento, de boas intenções, uma universitária: “vocês estão assassinando a natureza, você faz parte do grupo desses assassinos”. Eu falei: olha, eu penso que eu lido com a ciência, para tentar defender esse ambiente, a sustentabilidade do ambiente, não só que eu vivo, que os meus netos e que meus descendentes viverão. Se dá pra fazer coisa muito ruim com transgenia, eu acho que dá, mas se dá pra fazer coisas muito melhor que as ruins, eu também acho que dá. A pessoa boa faz as coisas boas e não as ruins. Você pode usar uma tina d’água para matar a sede de muita gente ou pra enfiar a cabeça do sujeito e matar um afogado. Um exemplo meio banal, mas é isso. E agora eu quero lhe responder o seguinte, eu não faço parte dos assassinos pelo seguinte, e aí que eu digo que é essa questão da prática, uma coisa é fazer o discurso, você “tá” fazendo um discurso de purista, você é defensora do meio ambiente e é contra a transgenia. Eu falei, eu garanto a você que, você veio a pé pra cá? Não. Eu falei: então você me desculpa, você “tá” pior do que eu. Porque você veio queimando energia fóssil, você sai daqui, sobe no seu carro, e vai embora sem o menor sentimento de culpa, e vem falar pra mim que fazer transgênico para produzir mais fotossíntese, para confiscar o carbono que você “tá” produzindo, que você tirou do petróleo, pra vir com seu carro até aqui, e ir embora de volta pra sua casa, de carro, que eu sou o culpado disso? Eu acho que nós invertamos os papéis. Aí ela começou a ser vaiada “né”. Mas eu falei: agora eu vou amenizar um pouco, tem mais, nós estamos num simpósio, aqui num congresso, garanto que muitos de nós estamos em hotéis, e eu vou dizer a você uma coisa, eu nunca vi ninguém defensor, discursante e defensor do meio ambiente, sentar-se à mesa no café da manhã, e quando vêm as frutas, lá que o hotel coloca na bancada,

e pedir goiaba com bicho. Porque goiaba sem bicho tem veneno ou é transgênica. Eu não vi fazer isso ainda, logo eu como técnico, to tentando ser o mais racional possível. Posso estar fazendo algumas coisas erradas, e vou ter que fazer a minha culpa, mas posso te dizer que já tentei fazer muita coisa boa, eu sei que de boas intenções o inferno “tá” lotado, mas eu estou aqui de boa fé. Agora, você está de má fé porque veio aqui só pra me criticar e não dizer o que é que nós juntos podemos fazer pra melhorar. Eu to apresentando uma proposta que é fazer transgênico, se você quer fazer outra coisa, vem aqui na frente, depois que eu terminar, e põe a sua proposta, quem sabe é melhor que a minha. Sentou lá, não falou mais nada, ficou quieta. Então, essas coisas, na administração de negócios acontecem todos os dias.

Então, respondendo isso que você me perguntou, eu acho que tem mais discurso do que proatividade, do que atitude pra tentar, juntos, fazer as coisas, nós estamos xingando quem “tá” jogando casca de banana na rua, mas nós estamos jogando também. Então, é preciso a gente começar a não jogar. E eu costumo envergonhar algumas pessoas, em alguns ambientes, porque as pessoas jogam coisas no chão, e eu “cato”, às vezes. E é um negócio esquisito isso, mas eu digo que: eu tenho uma fazenda, e na fazenda eu digo que eu sou o único sujeito que “cata” prego velho que “tá” jogado no chão, mas eu acho que a gente precisa dar o exemplo. Algumas coisas eu também faço errado, “né”, também faço parte desse grupo que não está devidamente perfeito, e acho que a perfeição nunca vamos conseguir.

Mas, olha, dentro desse quadro, minha resposta é: eu acho que nós temos muito discurso e pouca atitude, e de cada um de nós. Então, eu tento fazer a minha parte, eu vivo cobrando do DER de Assis e tenho pago um preço meio alto por dizer que a margem da rodovia Raposo Tavares, dentro do perímetro urbano de Assis, é muito feia, mal cuidada e poluída. Eu gostaria que fosse mais limpa, mais ajardinada, e nós teríamos mais orgulho da nossa cidade. É uma coisa simples, mas passam dezoito mil pessoas aqui dentro do município, por dia, nessa Raposo Tavares, então, eu acho que nós poderíamos, dezoito mil vezes por dia, dar um bom exemplo. Não estamos fazendo.

9. Para finalizar, gostaria de saber sua visão de futuro. Em sua opinião, o que ainda é preciso ser feito para que as cidades realmente atinjam o Desenvolvimento Sustentável?

R.: Resumidamente, vendo como uma empresa, primeiro, que haja recursos em longo prazo e baixo custo para que empresários de boa qualificação, do ponto de vista de produção e de riqueza, com sustentabilidade social e ambiental, possam se estabelecer, não podemos entender que o empresário continue agindo a curtíssimo prazo. Administrar empresa, de médio e longo prazo, é uma coisa que nós temos que aprender no Brasil. E a sociedade terá que aprender ainda [...]

O indivíduo, quando sair de uma universidade e entrar em uma empresa, tem que pensar o seguinte: tenho grande probabilidade de me aposentar aqui; precisa criar esse espírito, se não, nós vamos criar um espírito de criança na mesa de doce, acaba derrubando a mesa e não pegando nenhum.

Então, eu acho que nós temos que fazer projetos de investimentos de médio e longo prazo, para que esse empresário consiga pensar em sustentabilidade do negócio dele, sem ser muito imediatista. Porque se você tem um negocio a muito curto prazo, o sujeito é imediatista, ele descasca a bala, come e joga o papel ali, porque ele acha que nunca mais vai voltar ali. Esse não é o principio de fazer desenvolvimento. E o desenvolvimento sustentável, ele precisa ser visto de médio e longo prazo. Estarei aqui daqui dez anos, por isso eu preciso cuidar disso. Você cuida da sua casa porque você pensa em morar nela para sempre e melhora-la sempre. Se uma parede começa a cair, se você faz uma casa sem fincar um único alicerce, você pensa em morar seis meses e ir embora, a hora que der o primeiro vento, cai a casa, você já não está mais lá. Não é assim.

Sustentabilidade, então, pressupõe investimento de recursos que tenham origem política, o recurso pode até não ser público, pode vir da iniciativa privada, mas ele precisa ter disciplina do setor público para que possa ser retido, de médio e longo prazo, e a um custo sustentável, juros baixos que sejam possíveis de serem empregados.

Do ponto de vista social, implementar políticas de conscientização da sociedade, e de apagar da memória da população essa cultura de favor e contra, ou de dois lado, entender que essas políticas trabalhistas getulistas já estão ultrapassadas porque elas vieram da cultura nazi-fascista, imprópria para nossa situação de 2010, é um negócio vergonhoso, isso. Que façamos, então, essa sustentabilidade social através do princípio do mérito. Nós temos que alcançar isso, sem punir aqueles que não conseguem ser produtivos por suas limitações humanas. Aí é outra coisa.

E, por outro lado, do ponto de vista ambiental, a gente precisa criar, o Estado precisa criar mecanismos menos terroristas para o setor empresarial. O setor empresarial não pode ser irresponsável e produzir a qualquer custo, e jogar o lixo na porta da indústria, desde que a um custo barato. E nem escravizar o seu funcionário porque ele precisa vender barato. Nós precisamos acabar com essa cultura de que a única vantagem que tem é ser barato. Às vezes, é melhor você ter alguma coisa de boa qualidade com um custo compatível com aquela estrutura da sociedade que você tem.

Então, para isso, nós precisamos fazer um grande programa dentro das escolas, do primário até a universidade. Então, é fundamental que passemos a educar nossa população dentro de uma visão moderna, não raivosa. Não pode haver esse culto, nem ao ódio, e nem ao ócio. E isso nós temos que acabar aqui no Brasil, porque aí nós teremos sustentabilidade.

Se você tiver uma população adequadamente educada assim, com certeza, todo mundo vai varrer a porta da sua casa, ninguém vai jogar lixo na rua. Seria uma política de longo prazo e o administrador de empresa não teria que demandar tempo da sua administração para cuidar de coisas que ele não precisaria estar cuidando.

Se você sai de casa, uma família sai de casa e o filho chega em casa e reclama com a mãe e com o pai. Reclama com o pai porque o pai não trabalhou pra colocar comida dentro de casa, e que a mãe não fez comida, que não lavou a roupa e não fez não sei o que. E você fez o que? Qual a tua parte nesse negócio? Se cada um lavar o prato que comeu, com certeza, quem fez o alimento, que tava ali em casa, fazendo o alimento, a mãe, estará aliviada e muito mais qualificada pra fazer algo muito melhor e mais econômico no dia seguinte. A família toda vai bem, quando a

família não contribui, as coisas começam a criar dificuldades. O pai endurece, “né”, joga duro, a mãe se cansa, se esvai, se desgasta, e os filhos acabam sendo pessoas de segunda categoria.

A empresa é mais ou menos isso, com relação ao Estado. O Estado é a casa, precisa criar mecanismos, mas todos nós precisamos dar nossa contribuição. E nós, a população como um todo, precisamos nos reeducar. Fazer novas leis, pressionar nossos políticos. Política é uma coisa boa, não to dizendo contra, aqui não. Tem gente que mete o pau em política, eu acho necessária. A liberdade é o bem maior de qualquer indivíduo. (eu acho que o importante é saúde – é – mas se você não for livre – será saudável e escravo).

Então, é preciso que tenhamos, como base da sustentabilidade, o que eu comecei dizendo lá na primeira pergunta, to repassando dizendo dentro do meu contexto, na minha visão de empresário, é preciso marcar essas coisa, que o resto acontece naturalmente. Se seu pai investir em você, e você tiver bom caráter, bons princípios, e trabalhar, pode ficar tranqüila que você será uma ótima cidadã. Não importa se será mais rico, menos rico, será feliz, isso é um princípio. No mundo das empresas é assim, e eu acho que na relação do Estado com a sociedade. Isso pra mim é o desenvolvimento sustentável, porque se nós investirmos aí, depois nós teremos tudo de bom, um sujeito bem educado, economicamente bem organizado. Ele terá saúde boa, ele irá se alimentar bem. Grande parte dos problemas de saúde de nossos funcionários vem de péssima alimentação, não é de falta de comida, tem excesso de comida hoje, no Brasil, falta educação alimentar. Por incrível que pareça, há vinte anos atrás eu escutava assim, o Brasil tem bolsões de fome, nós precisamos acabar com a fome, cerca de dez, oito anos atrás havia campanha “fome zero”, fome não sei das quantas. Eu acho que, realmente ainda tem gente que passa fome, deve ter, porque? Porque ele não tem educação necessária e suficiente, pra ganhar o mínimo pra comprar duas mil e quinhentas kilocalorias de alimento por dia, “não é?”, cem gramas de proteína, porque um indivíduo adulto com um grama de proteína por quilo vivo, por dia, “tá” bem alimentado de aminoácidos e tudo mais. É preciso só isso, boa higiene e, aí, é o processo educacional.

Desenvolver sustentadamente, eu acho que é fincar esses pilares, uma vez isso feito, tudo vai fluir normal, água será limpa, não precisa deixar mata na beira do rio pra água estar limpa, é só você não jogar lixo, não poluir a água. É muito simples. Se tem a mata, melhor, mas se não tiver, o indivíduo educado, ele vai conservar aquilo adequadamente. Esse é o princípio da coisa.

Quero fechar aqui, parabenizá-los e dizer que a escola de vocês está de parabéns porque, pelo menos, “tá” tentando mostrar várias facetas da interpretação do que é desenvolvimento sustentável, porque eu sei que hoje tem muita gente vendo, cada um por seu prisma, e eu acho que essa é uma discussão que precisa ser colocada na pauta e não ser fanatizada, e sim, estabelecida de forma serena e tranqüila. Parabéns pelo que vocês estão fazendo aí. Sucesso como futuros administradores.

ANEXO IV
ENTREVISTA IV

Nome do Entrevistado: Luciana Batista da Silva **Identificação:** SS2

Cargo/Função: Diretora de Relacionamento Corporativo

Instituição que representa: Instituto Social – Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa

Setor: Segundo Setor – Consultoria em Desenvolvimento Social

Data: 20/10/2010

Questões:

1. O que você entende por Desenvolvimento Sustentável?

R.: Desenvolvimento Sustentável, no meu entendimento é aquele estruturado pelo famoso tripé da sustentabilidade: social, econômica e ambiental, mas para mim, o conceito vai além disso. Deve ser pautado em ações que favoreçam o surgimento de uma sociedade mais harmônica e justa, fundamentada pelos conceitos de ética, respeito e co-responsabilidade. Deve também, fortalecer as bases de um mundo mais humanizado, solidário e habitável, que será a morada das próximas gerações.

2. Qual sua experiência de trabalho e atuação nesta área?

R.: Iniciei meu trabalho nesta área nos projetos na área social, vinculados ao primeiro setor – projetos vinculados à Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar. Posteriormente, trabalhei em uma instituição do terceiro setor, com projetos para jovens em situação de vulnerabilidade social. Depois, fui para o segundo setor, coordenar a área de Responsabilidade Social de uma grande empresa. Atualmente, atuo como Diretora de Relacionamento Corporativo de um instituto que desenvolve ações de desenvolvimento socioambiental em todo o Brasil.

3. Qual a importância do setor que representa (Poder Público, 3º setor, setor privado) para o Desenvolvimento Sustentável?

R.: O segundo setor, atualmente vem incorporando ações de responsabilidade socioambiental, por meio de projetos direcionados às comunidades com foco no desenvolvimento sustentável. Por muito tempo, as empresas acreditavam que, realizar ações de doações e patrocínios era suficiente para imprimir uma marca de “empresa socialmente responsável”. Hoje, a maioria das corporações está convencida que é necessário algo mais.

4. Você acredita que a articulação dos três setores da sociedade seja um fator importante para alcançar o Desenvolvimento Sustentável? Por quê? (Intersetorialidade)

R.: Acredito que a intersectorialidade é fator fundamental para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Nosso instituto trabalha nesta linha, prestando serviços de consultoria para grandes grupos empresariais, a partir da realização de diagnósticos socioambientais e projetos de desenvolvimento local e regional sustentável. Além disso, incorporamos ações transversais focadas na formação de profissionais que atuam na área, além de um trabalho de desenvolvimento de instituições, formação de redes e articulação de parcerias interinstitucionais e intersectoriais.

5. Quais as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, que você conhece, existentes no município?

R.: Conheço as ações direcionadas à efetivação das tratativas do Município Verde Azul. Em Assis, há um trabalho importante sendo realizado pela Secretaria e pelo Conselho do Meio Ambiente – ações de preservação de APP's (áreas de

preservação permanente), coleta seletiva, reciclagem e compostagem do lixo, arborização urbana, entre outras ações.

6. Em sua opinião, estas políticas funcionam de forma adequada? O que poderia ser feito para melhorar?

R.: Na nossa região, acredito que deveríamos dar mais atenção à questão das queimadas, principalmente da queima da palha da cana – vide a quantidade de usinas de açúcar e álcool implantadas no entorno das nossas cidades. Mesmo com a legislação que prevê o fim das queimadas, ainda acreditamos que há muito que se avançar neste sentido. Além disso, devemos pensar na questão social que aparece como pano de fundo desta problemática – as usinas se constituirão no grande “desempregador” do futuro, uma vez que os inúmeros cortadores de cana – trabalhadores rurais, que muitas vezes passaram a vida toda neste ofício, dificilmente serão absorvidos pelo mercado de trabalho local. Há que se desenvolver um trabalho de qualificação desta mão de obra, visando minimizar este impacto.

7. Quais os principais incentivos governamentais direcionados à gestão de políticas públicas municipais para o desenvolvimento sustentável?

R.: Como mencionei o Município Verde Azul, sei que os municípios que conseguem obter boa pontuação no conjunto de tratativas, conseguem benefícios nesta área.

8. O Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade, estes termos são relativamente novos em nossa sociedade, de acordo com isso, como você analisa os avanços nesta área?

R.: Acredito que avançamos muito nesta área, em todos os setores da sociedade eu visualizo avanços significativos. O poder público tem criado secretarias específicas de meio ambiente e, em alguns lugares, de desenvolvimento sustentável. As

empresas vêm, paulatinamente, assumindo seu papel e agindo além de simples planos de compensação ambiental, mas estão incorporando projetos efetivos direcionados ao desenvolvimento local e regional sustentável. As instituições do terceiro setor somam-se à estas iniciativas para desenvolver projetos socioambientais específicos – muitas vezes, assumem um papel que deveria ser do estado e até mesmo das empresas – mas temos que considerar a relevante intervenção destas instituições no campo do desenvolvimento sustentável.

9. Para finalizar, gostaria de saber sua visão de futuro. Em sua opinião, o que ainda é preciso ser feito para que as cidades realmente atinjam o Desenvolvimento Sustentável?

R.: Penso que articulação é o conceito essencial para que as cidades atinjam o verdadeiro desenvolvimento sustentável. Articulação dos diversos setores da sociedade, das instituições, lideranças, comunidade em geral. Percebemos que ações individuais apresentam resultados frágeis e insipientes. No entanto, ações coletivas e integradas potencializam o alcance de resultados, transformam comunidades, localidades, sociedades e imprimem mudanças duradouras e perenes - isto é sustentabilidade.

ANEXO V
ENTREVISTA V

Nome do Entrevistado: Ana Maria Rodrigues de Carvalho **Identificação:** TS1

Cargo/Função: Professora de Ensino Superior

Instituição que representa: UNESP - Incubadora de Cooperativas Populares da UNESP

Setor: Terceiro Setor

Data: 19/10/2010

Questões:

1. O que você entende por Desenvolvimento Sustentável?

R.: Aquele que permite que a sociedade se desenvolva em harmonia com a preservação dos recursos naturais, de forma a garantir melhores condições de vida aos homens sem, contudo, agredir ao meio ambiente. Ou seja, desenvolvimento sustentável garante harmonia entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

2. Qual sua experiência de trabalho e atuação nesta área?

R.: Temos uma equipe de docentes e alunos de graduação na UNESP de Assis, que atua, por intermediário da Incubadora de Cooperativas Populares, junto a grupos populares.

Desde 2001, a equipe, da qual sou uma das coordenadoras, vem assessorando, no Oeste Paulista, grupos de catadores de materiais recicláveis que queiram se organizar para o trabalho coletivo, na perspectiva da Economia solidária e do Cooperativismo Popular, cujos princípios incluem o compromisso com a comunidade na qual atuam.

Paralelamente, vimos assessorando os gestores públicos municipais na elaboração e implementação de políticas públicas de inclusão social, implantação de Coleta Seletiva Solidária, com a inclusão de catadores.

Ainda no Oeste Paulista, vimos atuando junto a uma cooperativa de produtores familiares, assentados pelo INCRA. O grupo está disposto a fazer a transição agroecológica, passando a cultivar hortifrutigranjeiros de modo sustentável.

Para tanto, temos contribuído para a formação dessa compreensão e suas estratégias, bem como para a captação de recursos para viabilizar o empreendimento econômico solidário.

3. Qual a importância do setor que representa (Poder Público, 3º setor, setor privado) para o Desenvolvimento Sustentável?

R.: A universidade deve ser mais que uma instituição de ensino superior. Ela deve, além de transmitir conhecimentos acumulados, construir novos, sistematizá-los e socializá-los.

No caso da Incubadora, enquanto projeto de extensão de serviços à comunidade, essa construção de conhecimentos se dá a partir da articulação dos saberes acadêmicos e populares. Esse rompimento com a lógica elitista das universidades permite que os grupos populares participem da construção dos conhecimentos necessários aos processos de melhoria e de desenvolvimento de seus empreendimentos e de suas vidas. Constroem, desse modo, tecnologias sócias pertinentes às demandas dessa parcela da população, em geral, excluída do acesso ao saber científico.

4. Você acredita que a articulação dos três setores da sociedade seja um fator importante para alcançar o Desenvolvimento Sustentável? Por quê? (Intersetorialidade)

R.: Avalio que cada um desses setores tenha responsabilidades a cumprir que sejam intransferíveis de um para outro. Entretanto, devo reconhecer que a articulação desses setores potencializará as ações e reduzirá os desafios que a sociedade contemporânea vem enfrentando.

5. Quais as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, que você conhece, existentes no município?

R.: Avalio que o município possa ter algumas diretrizes para promover desenvolvimento sustentável, como por exemplo, o Plano Diretor Participativo, elaborado e aprovado em 2006, que se refere explicitamente à temática. Entretanto, as diretrizes por si mesmas não garantem políticas públicas e/ou projetos. Faz-se necessária vontade política do gestor público para que, por meio de uma equipe competente, sejam elaboradas tais políticas, programas, projetos e ações que garantam o desenvolvimento sustentável.

6. Em sua opinião, estas políticas funcionam de forma adequada? O que poderia ser feito para melhorar?

R.: Como avalio que no município existam apenas ações isoladas que se relacionam com o desenvolvimento sustentável, fica um vácuo nesta temática no município. Um passo importante, depois de declarada a vontade política pelo Prefeito, seria fazer cumprir o disposto no Plano Diretor, dando plenas condições, inclusive para que setores envolvidos com a temática cumprissem sua missão, como a Secretaria do Meio Ambiente, a da Agricultura e a do Planejamento; promover o controle social por meio da constituição dos Conselhos, garantindo seu funcionamento democrático.

7. Quais os principais incentivos governamentais direcionados à gestão de políticas públicas municipais para o desenvolvimento sustentável?

R.: Além das diretrizes, como o incentivo aos municípios para que elaboração de Plano Diretor, Estatuto da Cidade, entre outros, existem programas de vários ministérios e outros órgãos públicos, disponíveis para o acesso dos gestores públicos apresentarem propostas e obterem financiamento de suas ações.

Exemplos desses incentivos federais, em Assis, são:

1. Agricultura Familiar: incentivo à organização coletiva e produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, da CONAB;
2. Coleta Seletiva Solidária: incentivo à organização coletiva de catadores e financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos.

Ressalte-se que esses dois projetos existentes no município não decorreram de iniciativa do gestor público municipal, de uma política pública por ele elaborada, mas de projetos de outras instituições, do qual a Prefeitura tornou-se parceira. Este é o caso do projeto da UNESP e da Cáritas Diocesana com a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região.

Em nível estadual podemos citar o Município Verde, que incentiva os municípios a desenvolverem ações compatíveis com o desenvolvimento sustentável, como critério para acessarem determinados recursos do governo estadual.

8. O Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade, estes termos são relativamente novos em nossa sociedade, de acordo com isso, como você analisa os avanços nesta área?

R.: Grande parte dos avanços em relação ao desenvolvimento sustentável, atualmente, decorre da existência de políticas públicas que o promovam, incentivem, regulamente e fiscalize.

Lamentavelmente, o desenvolvimento econômico, predatório como sempre, fez estragos que hoje encontram enormes dificuldades para serem revertidos, são conseqüências sociais e ambientais desastrosas.

Entretanto, alguns setores da sociedade sensibilizados com a situação e preocupados com o futuro, vêm cobrando atitudes e medidas mais conscientes da

população e de certa forma, pressionado os governantes para a elaboração de uma política mais efetiva.

9. Para finalizar, gostaria de saber sua visão de futuro. Em sua opinião, o que ainda é preciso ser feito para que as cidades realmente atinjam o Desenvolvimento Sustentável?

R.: Além de medidas imediatas, sob responsabilidade dos poderes públicos (executivo, legislativo e judiciário), acredito que em médio prazo, somente pela educação de qualidade seja possível reverter o quadro dos desastres sociais e ambientais ocasionados pelo modelo de desenvolvimento econômico sob a lógica do capitalismo. O desenvolvimento sustentável só compatível com ambientes menos competitivos e individualistas, neste sentido cabe ressaltar a potência que a Economia Solidária tem para contribuir para esse cenário desejável.

ANEXO VI
ENTREVISTA VI

Nome do Entrevistado: Joseval Reis Batista

Identificação: TS2

Cargo/Função: Diretor de Comércio da ACIA

Instituição que representa: ACIA

Setor: Terceiro Setor

Data: 13/10/2010

Questões:

1. O que você entende por Desenvolvimento Sustentável?

R.: Em princípio, de uma forma bem simplista, tudo aquilo que possa crescer sem deixar passivo no meio ambiente, que não provoca prejuízo para as gerações futuras.

2. Qual sua experiência de trabalho e atuação nesta área?

R.: Diretamente, não tenho. O que tenho é o seguinte: como você “tá” na atividade empreendedora e no empreendedorismo precisa ver o meio ambiente, se falando simplesmente em economia, geração de emprego e renda, transitar nesse tema no empreendedorismo.

3. Qual a importância do setor que representa (Poder Público, 3º setor, setor privado) para o Desenvolvimento Sustentável?

R.: Dentro do terceiro setor, a importância é de estar tentando unir os interesses do desenvolvimento, unir empresários com a comunidade que, em princípio, é representada pelo governo (não necessariamente). Quando se discute política e desenvolvimento sustentável junto ao poder público, pessoas individuais, física ou

jurídica, normalmente a discussão é feita através de uma organização que o represente.

4. Você acredita que a articulação dos três setores da sociedade seja um fator importante para alcançar o Desenvolvimento Sustentável? Por quê? (Intersetorialidade)

R.: Imprescindível. Porque o poder público não é gerador de recurso. Teoricamente, deveria ser distribuidor, mas na prática, não tanto. Ele não tem essa noção de como promover desenvolvimento, o que o impede de estar no setor produtivo, como o petróleo e por isso controlador das atividades. Mas, em geral, tem muito discurso e pouca prática de como chegar ao desenvolvimento sem atingir o meio ambiente.

Se pegar o 1º, 2º e 3º setores, a ONG que defende o meio ambiente e outra que defende atividade empreendedora, e no final, a primeira falando de cidadania e sobrevivência da espécie, e nós, falando de sobrevivência na sociedade, nem sempre é uma discussão focada no que é melhor para todos, mas com ou sem demagogia, tem que acontecer.

5. Quais as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável, que você conhece, existentes no município?

R.: Sim. Uma muito importante, que temos, é uma secretaria do meio ambiente, com a Nilza. Nós temos já há mais de dez anos uma usina de lixo que já foi modelo para muitas comunidades, que é parte da preocupação, porque qualquer atividade humana gera resíduos. O fato de ter na cidade uma preocupação com isso é uma coisa que merece ser citada e tem valor de fato. E temos no atual governo. Projeto piloto, na Avenida Rui Barbosa, mudas de rearboração. Na verdade, aquilo existia no passado, foi eliminado no capitalismo selvagem, para não prejudicar as fachadas, porque não existia, na época, um critério de qual seria o tipo de planta que daria retorno paisagístico, troca de ar, fotossíntese, e convivesse harmoniosamente com a

área comercial. Chegou-se num modelo em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente. Volta na questão da importância da articulação dos três setores [...] Exemplo claro é a Promotoria e Secretaria do Meio Ambiente, uma ONG - a ACIA, e o empreendedor associado sendo orientado adequadamente, para não virar disputa e acabar não interessando a ninguém. Exemplo positivo. E o segundo, muito importante, negativo, foi a implantação de uma política de aproveitamento do solo urbano com restrição de construção em determinadas áreas, trinta por cento para área reservada. Criou-se um fundo através de outorga onerosa, poderia diminuir os trinta para doze por cento. Comprar mais dezoito por cento dos trinta, pagando parte para o fundo de rearborização de áreas e praças. O público falhou e a ONG também, porque a sociedade se omitiu, porque ficou uma discussão onde o viés que predominou foi o dos ecologistas, que não estão errados, mas a dose está errada. Estamos de passagem por aqui e não podemos deixar um legado de incertezas. O que faltou foi bom censo e a presença do empreendedor dizendo que não é o ideal numa sociedade como a nossa.

6. Em sua opinião, estas políticas funcionam de forma adequada? O que poderia ser feito para melhorar?

R.: Respondida na questão anterior.

7. Quais os principais incentivos governamentais direcionados à gestão de políticas públicas municipais para o desenvolvimento sustentável?

R.: Se tem, não conheço. Acredito que não tem porque o Estado não é gerador, e sim, distribuidor, ao menos na teoria, na prática, mais consumidor que distribuidor, nós temos custo de auto-sustentação do governo que não se explica. Ele não entende como administrar o que seria ideal com o que seria possível. Já de administrações anteriores, dirigentes que não são da área empreendedora não conseguem enxergar a importância dos incentivos. Quando se quer o bem comum, riqueza, emprego e renda (empreendedor). Como se vai fazer isso de forma

economicamente sustentável, de não gerar passivo para gerações futuras; meio ambiente não é o foco principal quando vem o poder público. Nós, da atividade empreendedora, somos vistos pelo poder público como exploradores da sociedade. Todos têm que ver sua vantagem, as exceções deixo para as exceções. Faz parceria com subalternos para que, em troca do trabalho, receba produto ou serviço. Volto a dizer, ter empregados [...] lutam com maior afinco para aumentar salário, quando os empreendedores lutam para aumentar o lucro (que representa seu salário) são vistos como [...] tem que sobrar alguma coisa, proporcional à dedicação e capital investidos.

8. O Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade, estes termos são relativamente novos em nossa sociedade, de acordo com isso, como você analisa os avanços nesta área?

R.: Diria que isso tem maior ou menor importância e avanço dependendo muito do nível. São Paulo, Paraná, para o Sul, porque está relacionado à educação, cidadania. Então, se você fizer uma análise por região os resultados serão muito distintos, então, diria que é relativo, está muito na mídia, principalmente agora com esse crescimento da Marina Silva, mas acredito que as pessoas como todo, estão bem melhores informadas que há cinco anos atrás. Os avanços são substantivos em relação ao tema. Áreas importantes como herança para o futuro ainda sofrem muito com mistura de [...] o Estado deveria ser guardião e ao mesmo tempo acaba sendo vetor de degradação. Hoje, sejam empreendedores, sejam pessoas, estão mais conscientes em consumo, discurso. Se o Estado não fosse corrupto estaria melhor. Aquele que deveria ser o maior guardião é aquele que mais provoca degradação.

9. Para finalizar, gostaria de saber sua visão de futuro. Em sua opinião, o que ainda é preciso ser feito para que as cidades realmente atinjam o Desenvolvimento Sustentável?

R.: Como respondi na quarta questão, o caminho é aquele, articulação entre todos os setores envolvidos, até a sociedade; a comunidade participa muito pouco, tinha que ser estimulada a participar mais. Esbarra na barreira da informação, do quanto isso pode ser importante. Quando a sociedade está informada, elege o guardião. Infelizmente, temos os problemas com empreendedores, políticos, que não têm essa visão, que se utilizam de exploração do meio e da mão de obra, pessoas que não se sensibilizam nem com o próximo, quanto mais com a natureza. Tem esse extremo nos três setores, ONGs, por vezes, elevam a discussão ao campo demagógico; empreendedores, que se comportam como capitalistas selvagens, não se importam nem com a própria família; e no Estado, como já disse, que se utiliza, primeiramente do ignorante manipulado por aqueles que querem fazer com que tome uma proporção demagógicas; além dos “verdes da vida” (ecologistas excessivos), no contexto, pode falar em meio passivo, herança, mas com bom senso que, afinal de contas, os seres humanos que estão existindo hoje no globo têm que sobreviver, encontrar uma forma de tornar compatível a geração de riqueza, emprego e renda, com a equação do desenvolvimento. Não se discutiu nunca, por exemplo, a idéia de empreendedores que comprassem terreno, dez por vinte, no centro de Assis, ajudassem a sustentar uma praça; seria de visibilidade para o município e para o empreendedor, que teria o nome ali. O que ainda precisa ser feito é aquilo que ainda não foi feito com sucesso, a intersetorialidade.

O Biomavale é o maior exemplo de abandono no município. Assis é exemplo mundial sobre células tronco pulmonares, e não houve nenhum incentivo governamental na pesquisa. O Biomavale é uma fundação que, em princípio, defende todos os municípios do médio vale Paranapanema. Entendemos que um município mais forte deste consórcio é Assis, mas não é o que está acontecendo.

O povo precisa ter mais consciência para eleger, e os eleitos serem mais conscientes de que seus filhos e netos também serão herdeiros de suas atitudes.